



Porto de Leixões

**APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E
LEIXÕES, S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE

2002

Relatório e Contas 2002

Índice

Introdução	4
I. Actividade Portuária	7
II. Recursos Humanos	25
III. Formação Profissional e Cooperação.....	33
IV. Sistemas de Informação.....	38
V. Investimento	42
VI. Análise Económica e Financeira	47
VII. Parecer do Fiscal Único	83

Introdução

INTRODUÇÃO

O exercício de 2002 tem como notas mais salientes a consolidação de projectos e políticas definidas em exercícios anteriores e o estabelecimento de novos desafios que contribuirão para uma maior afirmação do transporte marítimo e, particularmente, do Porto de Leixões. O Plano Geral de Ordenamento e Desenvolvimento do Porto de Leixões, aprovado em 1996 para um horizonte de dez anos, está já, no essencial, integralmente realizado. Encetámos agora a elaboração de novo instrumento programático, também para um período de dez anos, que designamos como Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões. Nesta tarefa, em que contaremos com a assessoria de consultores especializados, será envolvida a Comunidade Portuária de Leixões, associação que engloba o conjunto das entidades com maior representatividade numa actividade tão complexa quanto importante, como é o transporte marítimo. O Plano Estratégico, para alcançar os seus objectivos, deverá procurar corresponder ao máximo dos desejos e expectativas dos parceiros da Comunidade Portuária. O clima de excelente entendimento que se conseguiu no seio desta Comunidade é, à partida, o garante de que o Plano Estratégico será tão bem sucedido como foi o Plano Geral de Ordenamento e Desenvolvimento, instrumento de planeamento que se revelou decisivo para o Porto de Leixões ter atingido os níveis de eficiência e solidez económica e financeira de que hoje desfruta.

Com a conclusão da Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões (VILPL) encerra-se o conjunto de grandes obras incluído no II Quadro Comunitário de Apoio, mas não os grandes projectos que pretendemos ver executados no Porto de Leixões. Já em curso está a conquista de fundos a –12 Zh na bacia de rotação e canal de acesso à Doca 4, bem como o alargamento do vão da ponte móvel e consequente construção de uma nova ponte. A execução destes projectos significará uma importante mais valia para o porto, na medida em que beneficiará significativamente as suas condições operacionais. Porém, a operacionalidade continuará a não ser a nossa preocupação exclusiva. Prosseguiremos, o que já muito se fez em termos de requalificação da envolvente portuária, com intervenções nos espaços ainda por requalificar.

Em termos de cargas movimentadas, no ano de 2002, há a registar uma diminuição relativamente a 2001, fundamentalmente reflexo da desaceleração da actividade económica. A quebra atingiu os 4,8% essencialmente consequência da redução no Terminal Petrolífero, concessionado à Petrogal, redução essa que atingiu os 7,2%. Atente-se que por este terminal passa um pouco mais de metade do total de cargas movimentadas em Leixões. De registar ainda que, enquanto as importações diminuíram 6,8%, as exportações aumentaram neste exercício 3,3%.

O esforço para conquistar cargas para o transporte marítimo, aliviando uma rodovia já completamente saturada, é tarefa que compete em primeiro lugar às

Comunidades Portuárias, e mais especificamente às Autoridades Portuárias, quanto mais não seja como dinamizadores de projectos concebidos no seu seio. A APDL tem vindo a assumir este papel em Leixões. A afirmação do transporte marítimo passa não só pela operacionalidade dos portos que lhes permita oferecer o serviço a preços competitivos, mas também por uma organização desburocratizada que facilite a circulação das mercadorias. A burocracia é ainda uma das principais peias do transporte marítimo e por isso a APDL constituiu-se como principal motor do projecto SCOPE – Sistema da Comunidade Portuária Electrónico. É um projecto de investigação em consórcio que pretende conceber e implementar um modelo para a transferência e circulação electrónica dos dados do Manifesto de Carga e Descarga das mercadorias. Nele estão também envolvidas a Alfândega de Leixões, Transitários, Agentes de Navegação, Armadores, Despachantes bem como recebedores e carregadores de carga, num trabalho do qual certamente resultará um grande contributo para a simplificação de procedimentos nos portos nacionais.

O aumento da eficácia dos portos e a sua produtividade passam também pela qualificação dos recursos humanos. O Centro de Formação da APDL procura dar respostas às necessidades da Comunidade Portuária abrindo também os seus programas a elementos de outros portos que neles se manifestem interessados. Neste âmbito, foi particularmente profícua a actividade desenvolvida em 2002, que teve também expressão significativa nos PALOPs que têm vindo a manifestar muito interesse em participar em cursos que integram o nosso Plano de Formação.

No que concerne aos Resultados do Exercício de 2002, há a salientar os Resultados Operacionais positivos no montante de 1 845 000 €. Os Proveitos Operacionais cresceram no exercício 5% enquanto os Custos Operacionais tiveram uma quebra de 4,5%, para a qual foi decisiva uma redução de 14% nos custos com pessoal que, hoje, representam apenas cerca de 1/3 dos Custos Operacionais.

O Resultado Líquido foi de 5 261 000€, tendo o “cash-flow” atingido 17 233 000 €.

Estes resultados e os “rácios” de natureza económica e financeira reflectem a solidez da APDL, condição importante para o Porto de Leixões se afirmar cada vez mais como um apoio seguro à economia nacional e particularmente à do Norte do País.

Actividade Portuária

I. ACTIVIDADE PORTUÁRIA

Enquadramento

Não estando ainda disponíveis os dados e indicadores económicos relativos ao andamento da nossa economia no ano transacto, fizemos uso dos dados disponíveis e divulgados pelos organismos oficiais, nomeadamente o Banco de Portugal e INE – Instituto Nacional de Estatística.

A economia portuguesa deverá registar, em 2002, um crescimento real entre 0,25% e 0,75%, reflectindo, assim, uma marcada desaceleração da actividade económica face ao crescimento observado no ano de 2001, que se situou em 1,8%. Exceptuando a recessão de 1993, este crescimento do produto constitui o valor mais baixo desde o início da década de 90.

O processo de ajustamento da economia portuguesa, que se iniciou em 2000, tem como uma das principais características a continuação da alteração do padrão de crescimento económico, verificando-se um contributo negativo da procura interna para o crescimento, o que já não acontecia desde 1993 e um novo aumento do contributo da procura externa líquida.

As componentes da procura interna continuarão a evidenciar, no seu conjunto, a trajectória descendente registada em 2001. O consumo privado não ultrapassará os 0,75% de crescimento (1% em 2001), o consumo público atingirá 1,5% (2,9% em 2001) e o investimento (FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo) deverá registar nova quebra, entre -5% e -3% (-0,4% em 2001).

No que respeita à procura externa líquida, prevê-se que as exportações de bens e serviços deverão crescer entre 1% e 2% em 2002 (1,7% em 2001), o que, no contexto de um cenário internacional mais desfavorável corresponde a um comportamento mais favorável da quota de mercado dos exportadores portugueses. Ao nível da componente de serviços deverá registar-se uma redução das receitas de turismo, compensada em parte por uma aceleração das exportações de outros serviços. Relativamente às importações, estima-se um decréscimo entre -2,25% e -0,25% em 2002 (0,1% em 2001), comportamento este consistente com o da procura interna reflectindo, em particular, a forte redução do consumo de bens duradouros e do investimento em material de transporte e máquinas. No conjunto, esta evolução reflectirá uma variação positiva dos termos de troca, em parte, explicada pela evolução dos preços do petróleo nos mercados internacionais.

No ano 2002, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual do Índice de Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou um valor de 3,7%, o que compara com a taxa de 4,4% observada em 2001. O abrandamento no crescimento dos preços foi essencialmente influenciado pelo menor crescimento dos preços dos bens alimentares não transformados, pela redução nos preços das importações e pela desaceleração dos salários nominais. O efeito conjunto dos três factores referidos, prevaleceu sobre os factores que actuaram em sentido contrário, designadamente, o processo de conversão em euros dos preços em escudos,

durante o primeiro trimestre, e o aumento da taxa normal do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que afectou a evolução do IHPC a partir de Junho de 2002.

A inflação, medida pela taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou, em Dezembro de 2002, 3,6%, o que compara com 4,4% em 2001.

O panorama de arrefecimento da economia ao nível interno e externo com reflexos no comércio internacional não constitui um factor de alavanca para o tráfego portuário.

Análise do Tráfego

NOTA EXPLICATIVA:

Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Navios

Movimento de Navios

Em 2002, demandaram os portos de Leixões e do Douro 3.086 navios, dos quais 3.003 Leixões e 83 o Douro, denotando-se um ligeiro decréscimo face ao ano anterior.

Concomitantemente, a arqueação bruta (GT) registou uma tendência idêntica (-1,2%, em comparação com o ano de 2001), totalizando 21.737 milhares de GT.

A arqueação bruta média dos navios ascendeu a 7.596 GT para os navios de bandeira estrangeira (o que compara com 7.425 GT, em 2001), e a 4.443 GT (face a 4.929 GT, em 2001) para os de bandeira nacional.

NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

Navios	2001		2002		Taxa de variação	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Nacionais	490	2 415	541	2 404	10,4%	-0,5%
Estrangeiros	2 638	19 588	2 545	19 333	-3,5%	-1,3%
Total	3 128	22 003	3 086	21 737	-1,3%	-1,2%

Os dados estatísticos respeitantes aos restantes portos do Continente foram disponibilizados pelas respectivas autoridades portuárias e Delegações do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

Os valores do comércio externo foram estimados com base no peso relativo do comércio internacional observado em 2001.

Os quadros seguintes objectivam uma análise da evolução dos navios que escalaram os portos do Continente (em número e em arqueação bruta), e da quota de mercado do Porto de Leixões, que revela uma descida, mas muito moderada:

NAVIOS/ESCALA NOS PORTOS DO CONTINENTE

Portos	2001		2002	
	Navios	%	Navios	%
Viana do Castelo	369	3%	315	3%
Leixões	3 128	29%	3 086	28%
Aveiro	1 042	10%	1 023	9%
Lisboa	3 618	33%	3 738	34%
Setúbal	1 624	15%	1 605	15%
Sines	745	7%	801	7%
Outros Portos	411	4%	364	3%
Total	10 937	100%	10 932	100%

ARQUEAÇÃO BRUTA NOS PORTOS DO CONTINENTE

Portos	2001		2002	
	1000 GT	%	1000 GT	%
Viana do Castelo	1 149	1%	935	1%
Leixões	22 003	24%	21 737	23%
Aveiro	2 536	3%	2 695	3%
Lisboa	35 252	38%	37 816	40%
Setúbal	17 061	19%	16 650	18%
Sines	12 463	14%	12 912	14%
Outros Portos	1 220	1%	1 131	1%
Total	91 684	100%	93 876	100%

Mercadorias

Em 2002, o movimento global de mercadorias, no conjunto dos portos comerciais do Continente, atingiu 55.718 milhares de toneladas, um ténue decréscimo (0,7%), relativamente a 2001.

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO CONTINENTE

UNID.: 1000 TON

Portos	2001	2002	Taxa de Variação
Viana do Castelo	1 069	874	-18,2%
Leixões	13 287	12 648	-4,8%
Aveiro	2 821	3 017	6,9%
Lisboa	11 569	12 211	5,5%
Setúbal	6 741	6 445	-4,4%
Sines	19 604	19 634	0,2%
Outros Portos	1 037	889	-14,3%
Total	56 128	55 718	-0,7%

Determinante para a diminuição registada nas mercadorias movimentadas em Leixões foi a quebra na descarga de petróleo bruto no Terminal Petrolero que atingiu 499.000 toneladas (7,2%).

Contudo, o Porto de Leixões continua a observar um dos níveis mais elevados de movimento de mercadorias, comparativamente com os portos do Continente, tendo uma quota de mercado de 23%.

COMÉRCIO EXTERNO DO CONTINENTE POR VIA MARÍTIMA

Unid.: 1000 ton.

	2001	2002	%
Importação	38 698	38 431	-0,7%
Exportação	7 887	7 949	0,8%
Total	46 585	46 380	-0,4%

Responsável por cerca de 83% do total de mercadorias movimentadas no Porto de Leixões, o tráfego internacional registou um comportamento menos favorável (-4,8%) face ao ano 2001, tal como se infere do seguinte quadro:

COMÉRCIO EXTERNO DO PORTO DE LEIXÕES

Unid.: 1000 ton.

	2001	2002	%
Importação	8 792	8 192	-6,8%
Exportação	2 178	2 250	3,3%
Total	10 970	10 441	-4,8%

Em oposição ao verificado no último ano, as exportações, através do porto de Leixões, evoluíram de uma forma mais dinâmica, apresentando uma taxa de crescimento de 3,3%, face a 2001, porém, insuficiente para fazer face ao saldo negativo de 6,8% registado nas importações, basicamente, como já referido, devido à quebra de movimentação dos granéis líquidos.

Nesta conjuntura, a quota de mercado do porto de Leixões no comércio externo do Continente por via marítima sofreu uma ligeira baixa relativamente o patamar alcançado em 2001.

COMÉRCIO EXTERNO DO CONTINENTE POR VIA MARÍTIMA E POR PORTOS

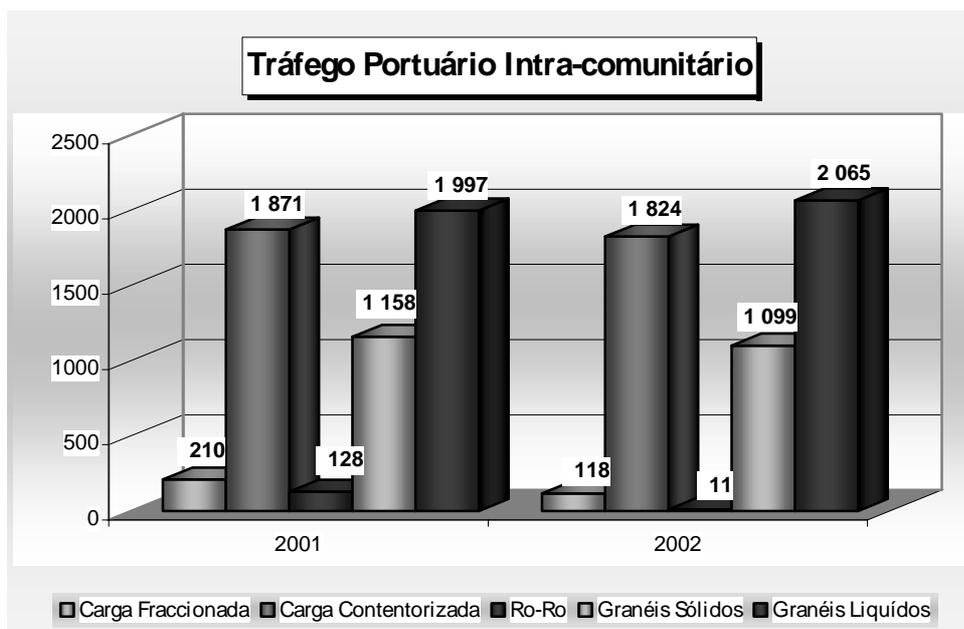
Portos	2001	2002
Viana do Castelo	1,8%	1,4%
Leixões	23,5%	22,5%
Aveiro	5,8%	6,3%
Lisboa	20,7%	21,9%
Setúbal	11,8%	11,0%
Sines	34,5%	35,2%
Outros Portos	1,9%	1,6%
Total	100,0%	100,0%

O padrão do comércio externo de Leixões em 2002 apresentou-se bastante equilibrado, isto é, no tráfego portuário internacional os mercados extra-comunitários contribuíram com cerca de 51% e os mercados intra-comunitários com 49%.

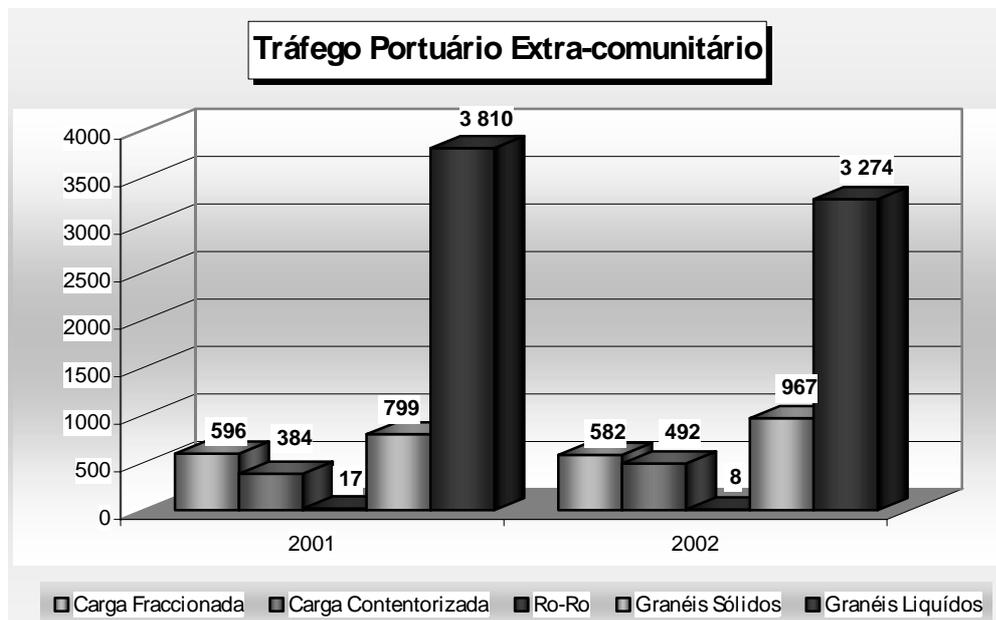
Os gráficos seguintes retratam a evolução das trocas comerciais intra e extra-comunitárias por tipos de carga, merecendo os seguintes comentários:

- ♦ o tráfego portuário com a Comunidade Europeia revelou um novo abrandamento (-5%, em comparação com 2001), determinado essencialmente pelo decréscimo observado na movimentação de granéis sólidos, não obstante a movimentação de menos de 47 milhares de toneladas de carga contentorizada;
- ♦ quebrando a tendência positiva dos últimos anos, o tráfego portuário com países terceiros apresentou um decréscimo de 5% comparativamente com o ano 2001, face ao impacto negativo da movimentação de granéis líquidos (menos de 536 milhares de toneladas movimentadas, face a 2001).

Unid.: 1000 ton.



Unid.: 1000 ton.



Da segmentação do movimento de mercadorias em Leixões segundo a nacionalidade dos portos de origem e destino, reproduz-se o seguinte quadro:

MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Unid.: 1000 ton.

Origem e Destino	2001	2002	Taxa de Variação
REINO UNIDO	1 377	1 422	3,3%
EGIPTO	1 037	1 257	21,2%
HOLANDA	987	1 007	2,0%
ESPANHA	726	784	7,9%
FRANCA	705	677	-4,0%
ARGÉLIA	456	487	6,9%
NORUEGA	626	368	-41,3%
ESTADOS UNIDOS AMÉRICA	288	315	9,2%
ALTO-MAR	189	312	65,2%
ALEMANHA	513	310	-39,7%
LETÓNIA	36	274	660,4%
BÉLGICA	298	258	-13,4%
LÍBIA	262	220	-15,7%
DINAMARCA	231	216	-6,4%
BRASIL	166	200	20,0%
NIGERIA	834	189	-77,3%
ITALIA	234	151	-35,6%
SUECIA	144	147	2,2%
TURQUIA	67	141	111,9%
LITUÂNIA	194	131	-32,7%
ARGENTINA	118	126	6,8%
ANGOLA	77	118	52,7%
RÚSSIA	91	117	28,1%
CAMARÕES	114	104	-8,5%
IRLANDA	69	101	45,6%
CABO VERDE	75	85	13,6%
SÍRIA	5	79	1370,3%
GABÃO	87	74	-15,1%
Outros	962	772	-19,8%
Comércio Externo	10 970	10 441	-4,8%
Continente e Regiões Autónomas	2 318	2 206	-4,8%
Total	13 287	12 648	-4,8%

Em 2002, os portos do Egipto, do Reino Unido, da França e de Espanha reafirmaram a sua posição preponderante no movimento de mercadorias descarregadas no porto de Leixões, com respectivamente 1.248, 1.000, 587 e 562 milhares de toneladas. Relativamente aos principais portos de destino das mercadorias carregadas em Leixões, mais uma vez se destaca os da Holanda, do Reino Unido, de Espanha e da Alemanha, com respectivamente 471, 422, 222 e 140 milhares de toneladas.

No tráfego intra-comunitário, é de sublinhar os acréscimos ocorridos ao nível dos portos da Espanha e da Irlanda (respectivamente, 7,9% e 45,6% em relação ao ano transacto).

No âmbito do tráfego extra-comunitário regista-se um crescimento significativo no tráfego com os portos de Angola (52,7%), do Egipto (21,2%), do Brasil (20,0%) e de Cabo Verde (13,6%), ao invés dos portos da Nigéria, da Lituânia e da Líbia, que registaram uma variação negativa de 77,3%, 32,7% e 15,7%, respectivamente, em comparação com o ano de 2001.

Tal como havia sucedido no ano anterior, a cabotagem marítima evidenciou um decréscimo de 4,8% face ao ano de 2001.

Movimento Global no Porto de Leixões

Com um perfil de evolução idêntico ao ocorrido no ano anterior, a movimentação de mercadorias por sectores operacionais, regista um decréscimo de 2,2% de mercadorias movimentadas em Cais Comerciais, e de 7,2% no Terminal Petrolero.

REPARTIÇÃO POR SECTORES OPERACIONAIS

Unid.: 1000 ton.

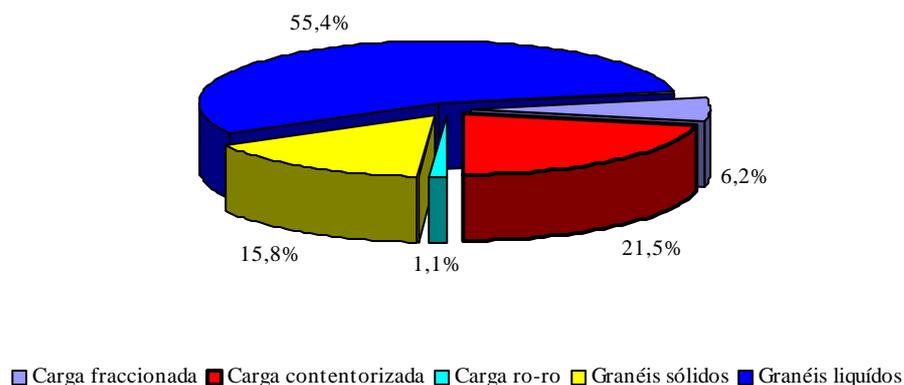
Sectores	2001	2002	Taxa de Variação
Cais Comerciais	6 335	6 195	-2,2%
Carga Geral Fraccionada	827	708	-14,3%
Carga Contentorizada	2 860	2 925	2,3%
Carga Ro-Ro	146	19	-86,7%
Granéis Sólidos	2 095	2 163	3,3%
Granéis Líquidos	408	379	-7,3%
Terminal Petrolero	6 952	6 453	-7,2%
Total	13 287	12 648	-4,8%

A evolução do movimento de mercadorias nos Cais Comerciais, permite realçar o seguinte:

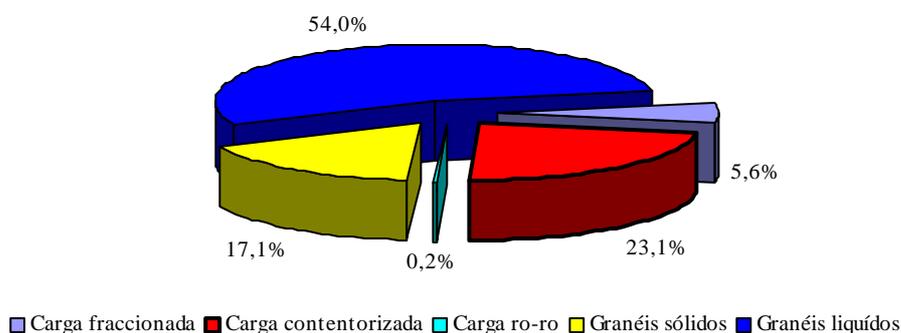
- ◆ a carga geral fraccionada continua a registar uma evolução negativa (-14% em 2002), fixando-se em 708 mil toneladas;
- ◆ a carga contentorizada apresenta novamente uma evolução positiva, concretizada em 2% face ao ano 2001, registando um movimento de 2.925 mil toneladas;
- ◆ a carga ro-ro verificou uma quebra significativa explicada pelo desaparecimento de uma linha regular ro-ro, apenas operacional durante o ano de 2001;
- ◆ os granéis sólidos desempenharam um papel determinante para o movimento total do Porto de Leixões, contribuindo com 2.163 milhares de toneladas, traduzindo um crescimento de 3% relativamente ao ano anterior;
- ◆ os granéis líquidos movimentados em Cais Comerciais (essencialmente alcatrão, betume de petróleo, produtos refinados diversos e melaço) registaram uma diminuição de 7% relativamente ao ano transacto, fixando-se o seu movimento em 379 mil toneladas, um valor com pouca expressão no movimento global do Porto de Leixões.

Conforme se tem vindo a verificar nestes últimos anos, o padrão de movimentação global de mercadorias, segundo os diferentes tipo de acondicionamento de carga, não sofreu alterações significativas. Os quadros seguintes corroboram esta afirmação:

Movimento Global de Mercadorais em 2001



Movimento Global de Mercadorais em 2002



Carga Geral Fraccionada

O quadro seguinte evidencia um desempenho da carga geral fraccionada menos favorável do que registado no ano anterior, traduzido numa descida de 119 milhares de toneladas, ao qual está subjacente a tendência progressiva da contentorização de algumas mercadorias, assim como uma forte concorrência dos outros portos.

Entre as principais mercadorias movimentadas neste tipo de tráfego, destaca-se as variações positivas nos movimentos do algodão e dos paralelepípedos (respectivamente, mais de 4 milhares e de 10 milhares de toneladas), as quais não conseguiram contrariar o impacto negativo do movimento das restantes mercadorias.

CARGA GERAL FRACCIONADA

Unid.: 1000 ton.

Mercadorias	2001	2002	Taxa de Variação
Algodão	4	8	99,1%
Ferro ou Aço (chapa/arco)	201	184	-8,3%
Ferro ou Aço (n.d)	76	40	-48,2%
Madeira em bruto	223	207	-7,6%
Madeira prensada	7	6	-19,3%
Madeira serrada	123	115	-6,3%
Paralelepípedos	39	46	15,7%
Pedras de granito	53	38	-27,7%
Sisal	13	6	-53,0%
Mercadorias Diversas	86	59	-32,0%
Total	827	708	-14,3%

Estima-se que as quotas de mercado dos portos do Continente, segundo este tipo de tráfego, deverão situar-se nos seguintes valores:

CARGA GERAL FRACCIONADA NOS PORTOS DO CONTINENTE

Portos	2001		2002		Taxa de Variação
	1000 Ton	%	1000 Ton	%	
Viana do Castelo	494	9,0%	260	5,1%	-47,4%
Leixões	827	15,0%	708	14,0%	-14,3%
Aveiro	1 257	22,9%	1 336	26,4%	6,3%
Lisboa	487	8,9%	565	11,2%	16,0%
Setúbal	1 772	32,2%	1 641	32,5%	-7,4%
Sines	25	0,5%	27	0,5%	8,0%
Outros Portos	636	11,6%	514	10,2%	-19,2%
Total	5 498	100,0%	5 051	100,0%	-8,1%

Carga Contentorizada

Em 2002, o Porto de Leixões registou um crescimento de 2% na movimentação de carga contentorizada, induzindo um acréscimo na taxa de contentorização de 5 pontos percentuais (80% em 2002, em comparação com 75% em 2001). Das principais mercadorias que constituem a carga contentorizada, salientam-se os fios, tecidos e artigos têxteis, os azulejos e mosaicos, o papel e cartão e matérias plásticas (bruto e obra).

CARGA GERAL CONTENTORIZADA

Unid.: 1000 ton.

Mercadorias	2001	2002	Taxa de Variação
Algodão n/ cardado	102	97	-5,7%
Alumínio, cobre, chumbo, zinco, outros	44	48	8,0%
Azulejos, mosaicos, outros	122	137	11,5%
Batata	22	17	-24,2%
Bebidas n.d.	73	87	19,2%
Borracha natural e sintética, em bruto	27	30	13,6%
Cortiça (bruto, obra)	39	37	-7,1%
Ferro ou aço (n. d.)	90	94	3,9%
Fios, tecidos, artigos têxteis	196	212	7,7%
Madeira em obra	34	29	-13,0%
Madeira prensada	13	34	172,7%
Madeira serrada	76	76	-0,7%
Máquinas, aparelhos e suas partes	57	58	1,9%
Matérias plásticas (bruto e obra)	95	103	8,2%
Papel e artigos de papel	179	185	3,6%
Produtos químicos	75	59	-22,1%
Sal	18	20	11,2%
Vinho comum	41	41	-2,0%
Vinho do Porto	53	49	-7,7%
Mercadorias diversas	895	886	-1,0%
Taras de contentores	609	626	2,7%
Total	2 860	2 925	2,3%

A importância relativa do porto de Leixões neste tipo de tráfego é evidenciada pelo quadro seguinte:

CARGA GERAL CONTENTORIZADA NOS PORTOS DO CONTINENTE

Portos	2001		2002		Taxa de Variação
	1000 Ton	%	1000 Ton	%	
Viana do Castelo	0	0,0%	0	0,0%	-
Leixões	2 860	38,8%	2 925	36,4%	2,3%
Aveiro	0	0,0%	0	0,0%	-
Lisboa	4 457	60,4%	5 017	62,4%	12,6%
Setúbal	50	0,7%	70	0,9%	40,0%
Sines	0	0,0%	0	0,0%	-
Outros Portos	8	0,1%	28	0,3%	250,0%
Total	7 375	100,0%	8 040	100,0%	9,0%

TRÁFEGO ROLL-ON/ROLL-OFF

O desempenho de uma linha regular Ro-Ro, com duas escalas por semana, operacional durante o ano 2001, contribui para o movimento, nesse ano, de 146 milhares de toneladas, embora com um peso pouco expressivo no total de mercadorias movimentadas no porto de Leixões. Todavia, o desaparecimento desta linha regular explica a quebra registada em 2002.

Unid.: 1000 ton.

Mercadorias	2001	2002	Taxa de Variação
Automóveis e outros veículos	14,336	7,950	-44,5%
Máquinas, aparelhos e suas partes	12,042	8,172	-32,1%
Taras	44,966		-
Mercadorias diversas	74,247	3,269	-95,6%
Total	145,592	19,391	-86,7%

TRÁFEGO ROLL-ON/ ROLL-OFF NOS PORTOS DO CONTINENTE

Portos	2001		2002		Taxa de Variação
	1000 Ton	%	1000 Ton	%	
Leixões	146	22,6%	19	4,4%	-86,7%
Lisboa	24	3,7%	11	2,5%	-54,2%
Setúbal	476	73,7%	412	93,1%	-13,4%
Total	646	100,0%	442	100,0%	-31,5%

Granéis Sólidos

Conforme se constata pelo quadro seguinte, o tráfego deste grupo de mercadorias registou um crescimento de cerca de 3,3%, face ao ano de 2001.

Unid.: 1000 ton.

Mercadorias	2001	2002	Taxa de Variação
Açúcar	136	159	16,9%
Milho	107	86	-19,9%
Paralelepípedos	424	348	-18,0%
Forragens	248	268	7,8%
Sucata	214	317	48,0%
Trigo	445	461	3,8%
Mercadorias diversas	521	525	0,7%
Total	2 095	2 163	3,3%

Entre as principais mercadorias movimentadas, destaca-se o movimento do trigo, da sucata, e das forragens, os quais registaram acréscimos de, respectivamente, 3,8%, 48,0% e 7,8% face ao ano transacto.

No Porto do Douro movimentaram-se 48 milhares de toneladas de granéis sólidos (22 milhares em 2001), sendo na sua totalidade descarga de cimento.

No conjunto dos portos comerciais do Continente, prevê-se que este tráfego também aumente, com impacto mínimo na distribuição das quotas de mercado.

GRANÉIS SÓLIDOS NOS PORTOS DO CONTINENTE

Portos	2001		2002		Taxa de Variação
	1000 Ton	%	1000 Ton	%	
Viana do Castelo	523	3,2%	573	3,4%	9,6%
Leixões	2 095	12,8%	2 163	13,0%	3,3%
Aveiro	1 142	7,0%	1 216	7,3%	6,5%
Lisboa	4 895	30,0%	4 989	29,9%	1,9%
Setúbal	2 772	17,0%	2 191	13,1%	-21,0%
Sines	4 680	28,7%	5 351	32,1%	14,3%
Outros Portos	224	1,4%	207	1,2%	-7,6%
Total	16 331	100,0%	16 690	100,0%	2,2%

Granéis Líquidos

O tráfego global deste grupo de mercadorias, englobando o movimento do Terminal Petrolífero e dos Cais Comerciais, registou uma quebra de 7,2%, face ao valor verificado em 2001.

Unid.: 1000 ton.

Locais	2001	2002	Taxa de Variação
Terminal Petrolífero	6 952	6 453	-7,2%
Cais Comerciais	408	379	-7,3%
Total	7 360	6 831	-7,2%

TERMINAL PETROLÍFERO

Posto	2001		2002		Taxa de Variação
	1000 Ton	%	1000 Ton	%	
Posto A	4 307	62,0%	4 014	62,2%	-6,8%
Posto B	2 200	31,6%	2 019	31,3%	-8,2%
Posto C	445	6,4%	419	6,5%	-5,8%
Total	6 952	100,0%	6 453	100,0%	-7,2%

No Terminal Petrolífero movimentaram-se menos 499 milhares de toneladas relativamente ao ano anterior. Face ao peso relativo do posto de acostagem A, especializado na movimentação de ramos de petróleo e produtos refinados diversos, a quebra de -6,8% face ao ano transacto, foi determinante para a evolução negativa observada no terminal, não descurando os decréscimos registados nos restantes postos de acostagem B e C.

Todavia, o Porto de Leixões mantém a segunda posição no movimento geral de Granéis Líquidos efectuado nos portos do Continente.

Portos	2001		2002		Taxa de Variação
	1000 Ton	%	1000 Ton	%	
Viana do Castelo	52	0,2%	41	0,2%	-21,2%
Leixões	7 360	28,0%	6 831	26,8%	-7,2%
Aveiro	421	1,6%	464	1,8%	10,2%
Lisboa	1 706	6,5%	1 629	6,4%	-4,5%
Setúbal	1 671	6,4%	2 131	8,4%	27,5%
Sines	14 898	56,7%	14 256	55,9%	-4,3%
Outros Portos	170	0,6%	141	0,6%	-17,1%
Total	26 278	100,0%	25 493	100,0%	-3,0%

Movimento de Contentores

Em 2002 foram movimentados 199.036 contentores, significando um acréscimo de 2% face ao ano anterior.

Em TEU's (Twenty Equivalent Units), o movimento atingiu o valor de 304.355, o que compara com o valor de 296.616 no ano de 2001.

A estrutura de repartição entre contentores cheios e vazios mantém a tendência registada nos últimos anos, tal como elucidada o quadro seguinte:

NÚMERO DE CONTENTORES

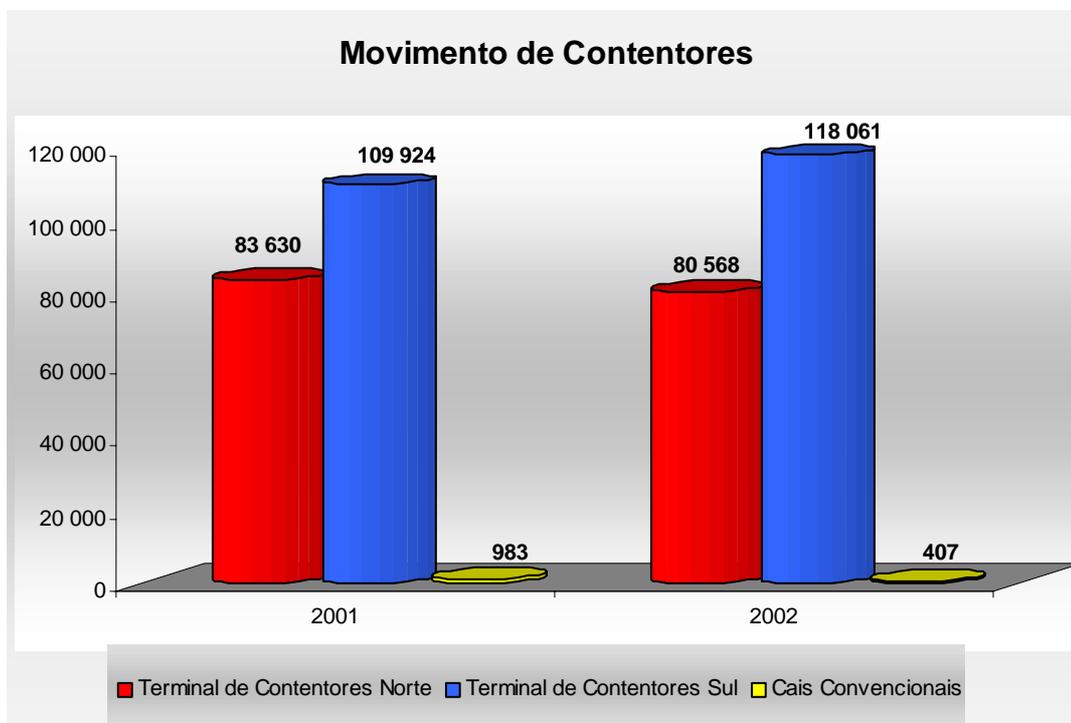
Contentores	2001		2002		Taxa de variação
	N.º	%	N.º	%	
Cheios	143 100	74%	144 615	73%	1%
Vazios	51 437	26%	54 421	27%	6%
Total	194 537	100%	199 036	100%	2%

Quanto à dimensão das unidades movimentadas, os contentores de 40 pés mantêm a sua preponderância, ascendendo a 104.674 contentores movimentados, enquanto que o movimento de contentores de 20 pés cresceu apenas 1% relativamente ao ano 2001, totalizando 93.586 contentores.

DIMENSÃO DOS CONTENTORES

Dimensão dos Contentores	2001		2002		Taxa de variação
	N.º	%	N.º	%	
Contentores de 20'	92 305	47,45%	93 586	47,02%	1%
Contentores de 40'	101 526	52,19%	104 674	52,59%	3%
Contentores com outras dimensões	706	0,36%	776	0,39%	10%
Total	194 537	100%	199 036	100%	2%

Por locais de movimentação, em 2002, o Terminal de Contentores Sul, manifestamente preponderante, registou um crescimento de 7% face ao ano anterior, enquanto o Terminal de Contentores Norte verificou um decréscimo de 4% comparativamente com os dados de 2001. A perda registada nos cais convencionais é justificada pela sedimentada especialização do Terminal de Contentores na movimentação de carga contentorizada.



A distribuição do movimento de contentores nos portos do Continente, em TEU's, é a seguinte, detendo o Porto de Leixões uma quota de mercado de 37,9% em 2002:

MOVIMENTO DE CONTENTORES NOS PORTOS DO CONTINENTE

Portos	2001		2002		Taxa de Variação
	1000 TEU	%	1000 TEU	%	
Viana do Castelo	0	0,0%	0	0,0%	-
Leixões	297	40,0%	304	37,9%	2,6%
Aveiro	0	0,0%	0	0,0%	-
Lisboa	438	59,1%	487	60,6%	11,2%
Setúbal	6	0,8%	9	1,1%	50,0%
Sines	0	0,0%	0	0,0%	-
Outros Portos	1	0,1%	3	0,4%	-
Total	742	100,0%	803	100,0%	8,3%

Movimento de Passageiros

Em 2002, o tráfego de passageiros em Leixões, na maioria constituído por passageiros em trânsito, apresentou um forte crescimento de 54%, fixando-se em 17.901, o que compara com 11.617 passageiros do ano de 2001. Esta tendência está correlacionada, quer com a afluência de um maior número de navios cruzeiros e de passageiros (44 navios o que compara com 35 navios em 2001) em Leixões, quer com o aumento da dimensão média destes navios.

Porto de Pesca

Concessionado à Docapesca – Portos e Lotas, SA, o porto de pesca de Matosinhos assume-se como um dos principais portos de pesca em termos de quantidade global de pescado, tendo em 2002, registado uma descarga de 26.715 toneladas, comparado com o montante de 34.921 toneladas em 2001. Apresenta três pontes-cais com 1.890 metros de comprimento e fundo de -4 metros (ZHL), onde podem acostar, simultaneamente, 46 traineiras e 20 arrastões. O entreposto frigorífico e a unidade de frio, por seu turno, garantem já o abastecimento de gelo e dispõe de uma capacidade de armazenagem de 5.500 toneladas.

Recursos Humanos

II. RECURSOS HUMANOS

Consolidada a transferência da actividade de movimentação de cargas no Porto de Leixões, para os agentes económicos do sector privado, e concluído o processo de aposentação antecipada instituído pelo decreto-lei nº 467/99, de 6 de Novembro, que abrangeu 243 trabalhadores da Empresa com 30 ou mais anos de serviço, a política de gestão dos recursos humanos assentou, fundamentalmente, na definição de um novo enquadramento profissional dos trabalhadores afectos a serviços extintos, ou transformados, na sequência das concessões e, por outro lado, na definição de novos postos de trabalho e perfil profissional adequado ao desempenho de novas e diferenciadas funções profissionais.

Da conjugação daqueles dois factores resultou uma significativa redução do quadro de pessoal, a qual, não foi mais relevante, pela necessidade de se dotar a Empresa de meios humanos com valências profissionais adequadas aos novos desafios empresariais e às atribuições legais resultantes das novas competências que lhe foram atribuídas, no âmbito das suas responsabilidades enquanto autoridade portuária.

De facto, no âmbito das alterações introduzidas na organização do sector marítimo-portuário nacional, o decreto-lei nº 46/2002, de 2 de Março, atribuiu à APDL uma responsabilidade integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição, o que conduziu à necessidade de implementar um novo modelo organizacional de todo o sector operacional da Empresa, com a definição de novos serviços e postos de trabalho, e implicou a contratação selectiva de pessoal técnico especializado, para o desempenho dessas novas funções.

Este processo, iniciado no final do ano de 2002, irá concluir-se durante o 1º semestre de 2003, ficando o Porto de Leixões dotado de uma estrutura funcionalmente integrada que garanta o normal funcionamento e desenvolvimento do Porto de Leixões nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira, comercial e patrimonial, e assegure a implementação e controlo das novas competências atribuídas em matéria de segurança marítima e portuária.

Caracterização

QUADRO DE PESSOAL

	2001	2002	Taxa de Variação
Efectivos	221	203	-8%
Activos	257	219	-15%

Efectivo-Trabalhador com vínculo permanente à Empresa
Activos-Totalidade dos recursos humanos disponíveis.

Do específico regime de aposentação antecipada para o sector portuário, resultou a saída por aposentação em 2002 de 42 trabalhadores com mais de 30 anos de serviço, o que se traduziu, e apesar da admissão de 13 trabalhadores, na redução de 15% dos recursos humanos da Empresa.

NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO

	2001	2002	Taxa de Variação
Dirigentes	5	3	-40%
Quadros Superiores	63	64	2%
Quadros Médios	15	12	-20%
Quadros Intermédios	6	6	0%
Profissionais Altamente Qualificados	136	107	-21%
Profissionais Semi-qualificados	17	15	-12%
Profissionais Não Qualificados	15	12	-20%
Total	257	219	-15%

A saída de pessoal abrangeu, de uma forma generalizada, todos os níveis de qualificação profissional, sendo de realçar que a saída de 29 profissionais altamente qualificados se verificou no sector operacional de movimentação de carga, o que sendo funções enquadradas nas actividades concessionadas, não importa a diminuição da capacidade operacional do Porto de Leixões.

ACTIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS

	2001	2002	Taxa de Variação
Operações Terrestres	39	27	-31%
Operações Marítimas	49	43	-12%
Obras e Infra-estruturas	30	24	-20%
Serviços de Apoio	123	109	-11%
Serviços de Pilotagem	16	16	0%
Total	257	219	-15%

É no sector das operações terrestres que se verificou a mais significativa redução de pessoal, por nele estar integrado todo o serviço de exploração portuária abrangido pelo processo de concessões iniciado em 2001.

REGIME DE TRABALHO

	2001	2002	Taxa de Variação
Horário Normal Fixo	87	70	-20%
Horário de Turno	12	12	0%
Isenção de Horário de Trabalho	158	137	-13%

Da necessidade de uma plena disponibilidade dos meios humanos afectos aos serviços marítimo-portuários (rebocadores, pilotagem, e sistema “VTS”) cerca de 75% do pessoal está integrado em regimes específicos de trabalho, por forma a garantir a sua disponibilidade durante as 24h/dia e 7 dias/semana, o que corresponde ao horário de funcionamento do Porto de Leixões.

TAXA DE ABSENTISMO

2001	2002
2.00%	1.57%

A diminuição do quadro de pessoal por via da aposentação antecipada, teve, naturalmente, como consequência a redução do nível etário médio dos trabalhadores ao serviço e a diminuição de algumas situações de doença prolongada, o que, conjugado com as medidas de motivação profissional e de controlo da assiduidade implementadas, se traduziu na redução da taxa de absentismo.

Custos com o Pessoal

Unid.: Euros		
2001	2002	Taxa de Variação
13 583 222	11 745 082	-14%

A redução dos custos com pessoal reflectem a diminuição do activo de pessoal a 31 de Dezembro de 2002, e que se situou nos 15%.

ESTRUTURA DE CUSTOS COM PESSOAL

	Unid.: Euros		
	2001	2002	Taxa de Variação
Remunerações base certas e permanentes	5 784 244	4 894 916	-15%
Trabalho Extraordinário	130 837	114 044	-13%
Subsídio de Turno	487 510	304 593	-38%
Sub. I.H.T.	1 102 629	894 450	-19%
Outras Remunerações	538 987	492 414	-9%
Pensões	46 768	82 443	76%
Outros Custos Pessoal	382 507	422 893	11%
Encargos s/ Remunerações	975 843	880 414	-10%
Remuneração dos Corpos Gerentes	416 713	290 793	-30%
	(1) 9 866 038	8 376 960	-15%
Subsistema de Saúde	(2) 2 863 290	2 521 809	-12%
Activos			
Despesas e Responsabilidades Futuras	861 970	650 367	-25%
Aposentados			
Actualização de responsabilidades futuras	2 001 320	1 871 442	-6%
Prestações Sociais	(3) 271 825	266 544	-2%
Fundo Pensões Pilotos	(4) 582 069	579 769	0,40%
Total = (1)+(2)+(3)+(4)	13 583 222	11 745 082	-14%

A estrutura dos custos com pessoal, reflecte uma redução média homogénea nas remunerações directas de 15%, sendo de referir que o agravamento verificado no valor das pensões se refere a valores de pensões pagos a trabalhadores a aguardar publicação de despacho de aposentação.

Com a aposentação de 42 trabalhadores, verifica-se uma significativa redução das despesas e responsabilidades futuras com o subsistema de saúde dos trabalhadores, dado que os trabalhadores contratados a partir de 3 de Novembro de 1998 – data da transformação da empresa em sociedade a anónima - não são abrangidos por aquele subsistema de saúde.

MASSA SALARIAL

	UNID.: EUROS		
	2001	2002	Taxa de Variação
Global	8 656 527	7 210 106	-17%

Integram a massa salarial todas as remunerações directamente relacionadas com a prestação do trabalho, excluindo as que correspondem ao pagamento de despesas ou encargos sociais.

Medicina do Trabalho

EXAMES MÉDICOS

	2001	2002	Taxa de Variação
Exames periódicos obrigatórios	280	233	-17%
Exames de admissão e reconversão	28	15	-46%

Todos os trabalhadores realizam, anualmente, um exame médico para aferição do seu estado de saúde geral e da sua capacidade física e mental para o desempenho das funções profissionais que lhe estão confiadas.

Por outro lado, todas as admissões de pessoal são precedidas de exames de verificação da sua aptidão física, pelo que no ano de 2002 realizaram-se nas instalações da Empresa 248 exames médicos.

SINISTRALIDADE

	Nº de Acidentes		
	2001	2002	Taxa de Variação
Com baixa	5	6	20%
Sem baixa	5	4	-20%
Total	10	10	0%

As medidas de segurança e prevenção do acidente implementadas, tem conduzido a que, apesar do elevado número de trabalhadores envolvidos em tarefas operacionais marítimas e terrestres, o número de acidentes se mantenha estabilizado num mínimo, reflectindo os indicadores de sinistralidade os bons resultados obtidos.

ÍNDICE DE FREQUÊNCIA

	2001	2002	Taxa de Variação
	12	16	33%

Quantifica o número de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco

Este índice de gravidade está significativamente abaixo dos verificados no sector portuário e, apesar de um agravamento ocasional e resultante de pequenos acidentes, reflectem as políticas de prevenção em segurança implementados ao nível de todos os serviços.

ÍNDICE DE GRAVIDADE

2001	2002	Taxa de Variação
0,43	4,14	863%

Quantifica o número de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco

No ano de 2002 a Caixa Geral de Aposentações confirmou a incapacidade permanente parcial a 2 trabalhadores, do que resulta a consideração estatística dessa incapacidade em termo de dias de trabalho e conduz ao significativo agravamento deste índice.

Acção Social

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

	2001	2002	Taxa de Variação
			Unid.: Euros
Subsistema de Saúde	2 863 290	2 521 809	-12%
Activos			
Despesa	268 256	226 518	-16%
Custos responsabilidades futuras	593 714	423 849	-29%
Aposentados			
Actualização de responsabilidades futuras	2 001 320	1 871 442	-6%
Prestações Sociais	271 825	266 544	-5%
Cantina	54 917	49 501	-10%
Subsídio Familiar	38 718	28 668	-26%
Subsídio Estudos	79 229	71 846	-9%
Outros subsídios	98 961	116 529	18%
Total	3 135 115	2 788 353	-11%

O subsistema de saúde da empresa apenas abrange os seus trabalhadores inscritos na CGA, pelo que a partir da sua transformação em sociedade anónima, não se verifica a possibilidade da inscrição de mais beneficiários titulares.

Em 2002 verificou-se um diminuição superior a 3% no número de beneficiários, situando-se em 31 de Dezembro de 2002 em 3193.

Em consequência dessa diminuição de beneficiários e das rigorosas políticas de contenção e controlo de custos, e tendo presente os critérios contabilísticos fixados pela Directriz Contabilística nº 19 da C.C.N. verificou-se uma diminuição de 11% nos custos sociais.

Centro de Cultura e Desporto

O Centro de Cultura e Desporto é uma organização recreativa fundada pelos trabalhadores da empresa e responsável por diversas actividades sociais, culturais e desportivas e que contam com a participação de dedicados trabalhadores e aposentados.

À semelhança de anos anteriores, a APDL atribuiu um subsídio para a realização dessas actividades.

	2001	2002	Unid.: Euros Taxa de Variação
Subsídio Global Anual	35 415	31 500	-11%

Formação Profissional e Cooperação

III. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E COOPERAÇÃO

Objectivos

A actividade desenvolvida no âmbito da Formação Profissional e Cooperação, em 2002, reflecte já a orientação do Conselho de Administração, no sentido de que a formação a desenvolver não se circunscrevesse apenas ao efectivo da APDL,SA – entretanto fortemente reduzido - mas procurasse, igualmente, abranger todo um conjunto de outros destinatários, designadamente formação a nível da Comunidade Portuária de Leixões. Paralelamente, visou-se também alargar e estender a actividade formativa a uma componente de cooperação com os Palop's, conjugando-se assim a oportunidade de a APDL, S.A, para além de uma maior projecção do Porto de Leixões, se associar a um desígnio nacional de apoio e cooperação com os portos daqueles países.

Indicadores

Com referência aos principais indicadores, o ano de 2002 reflecte-se no seguinte quadro resumo:

	Interna	Externa	A Terceiros	Alternância	Total
Volume Formação *	2.987	1.535	8.296	19.817	32.635
Formandos	233	77	161	33	504
Horas de formação	534	1.186	624	1.788	4.132
Nº acções	16	52	16	3	87

(*) Número de horas * número de participantes (deduzidas as faltas)

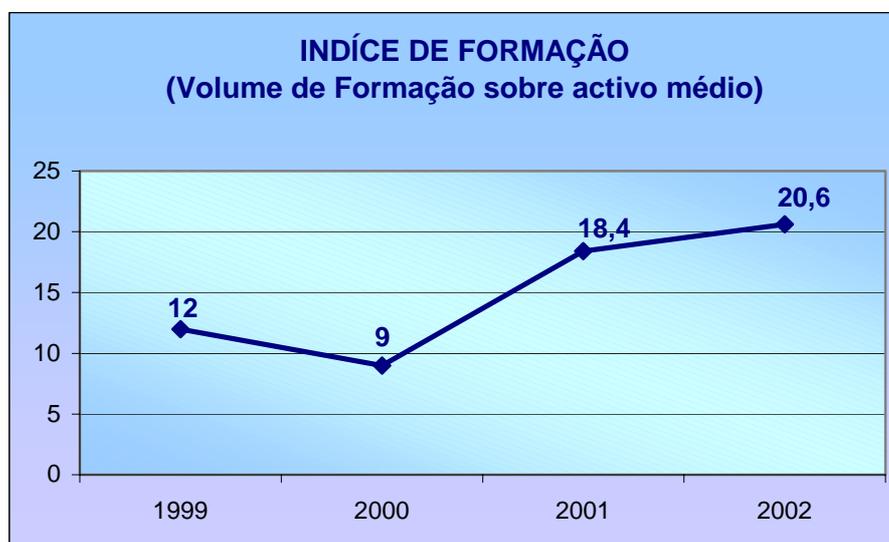
Formação Profissional

Este tipo de formação, destinada exclusivamente a trabalhadores da APDL (interna se realizada nas nossas instalações e externa se concretizada no exterior), continuou a revelar-se como um excelente instrumento de gestão a nível de mobilidade e reconversão profissional dos trabalhadores, particularmente relevante em processos de reestruturação e mudança. Em 2002 manteve-se o nível de formação de anos anteriores, diminuindo o número de participantes numa ordem de grandeza idêntica à da redução do próprio activo de pessoal.

	2001	2002	Taxa de Variação
Formação interna			
Acções	18	16	-11%
Participantes	281	233	-17%
Formação externa			
Acções	29	52	79%
Participantes	44	77	75%

Por outro lado, privilegiando uma formação profissional vocacionada para a especialização técnica, o número de acções de formação específica aumentou, abrangendo, por isso mesmo, um número menor de trabalhadores:

	2001	2002	Taxa de Variação
Média de horas	18,4	20,6	12%
Trabalhadores em formação	325	310	-5%



Acordos e Protocolos

III.1.1 Instituto de Emprego e Formação Profissional

Assumindo uma componente de formação de natureza vincadamente social, mantiveram-se, em 2002, os acordos existentes com o Instituto do Emprego e

Formação Profissional e que se concretizaram pela realização de 2 cursos de Técnicos de Informática e 1 curso de Inserção e Formação Empresarial Jovem, em ambos os casos, com formandos seleccionados por aquele Instituto.

III.1.2 CNUCED / UNCTAD

Reunião Internacional / Protocolo de Cooperação

Em Maio de 2002, decorreu nas instalações do Centro de Formação do Porto de Leixões a apresentação por aquele Departamento das Nações Unidas do novo programa de apoio a países em vias de desenvolvimento. Tratou-se de uma reunião de grande representação internacional, com a presença de cerca de 70 participantes de 30 países.

Entretanto, e na sequência daquela reunião, foi acordado um programa de acção conjunta entre a APDL e a UNCTAD / CNUCED e que ainda em 2002 se concretizou no envolvimento do Porto de Leixões em projectos de assessoria técnica, tradução de textos, formação à distância, etc.

Cooperação

Foi desenvolvido um programa de cooperação e apoio a portos dos Palop's e que, em 2002, teve a seguinte expressão prática:

- ◆ cedência de equipamento informático, material de escritório, livros e equipamento desportivo a alguns portos daqueles países;
- ◆ realização de acções de formação profissional e estágios em postos de trabalho, abrangendo as áreas de Gestão Portuária, Finanças, Recursos Humanos, Informática, Estatísticas Portuárias e Pilotagem, de acordo com o seguinte quadro resumo:

QUADRO RESUMO NA ÁREA DA COOPERAÇÃO

Volume Formação *	3.357,50
Formandos	72
Horas	255,5
Nº acções	7

(*) Número de horas * número de participantes (deduzidas as faltas)

PAÍSES ENVOLVIDOS

Guiné	8 Participantes
Angola	20 Participantes
Cabo Verde	5 Participantes
S. Tomé	5 participantes
Moçambique	2 participantes
Total	40 participantes

Sistemas de Informação

IV. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Nos anos anteriores ao exercício de 2002, prosseguiu-se uma estratégia de execução dos investimentos estruturantes nas Infra-estruturas tecnológicas, bem como na implementação das acções de base e de estabilização dos Subsistemas Aplicacionais.

A estratégia de gestão subjacente e a capacidade financeira para a realização desses investimentos permitiu trabalhar com eficácia conceitos como os de fiabilidade e escalabilidade das soluções tecnológicas realizadas, bem para além do que eram as necessidades desses exercícios em particular.

Foram prosseguidas opções de investimento claramente direccionadas à cobertura de um Sistema de dimensão mais vasta do que a APDL, SA propriamente dita.

Em síntese, foi instalado o potencial, desenvolvida a massa crítica e a profissionalização dos Recursos Humanos nesta área, tendo sido evidenciada a credibilidade da estratégia através da concretização dos objectivos atribuídos a este sector da empresa.

Paralelamente, foram desenvolvidas acções tendentes a rentabilizar e ampliar a dimensão do Sistema, claramente para a cobertura da dimensão Comunidade Portuária, realçando-se aqui a importância da concertação de todas as valências de gestão de Sistemas de Informação, bem para além da sua vertente tecnológica.

Do ponto de vista do relacionamento externo da empresa, almejou-se criar um clima de diálogo frutuoso em torno de objectivos bem concretos, o que permitiu a formulação da candidatura do projecto SCOPE – Sistema da Comunidade Portuária Electrónico a fundos do POSI - Programa Operacional Sociedade de Informação e POCTI - Programa Operacional Ciência Tecnologia e Inovação, totalizando 5 Entidades Coordenadoras, 24 Parceiros Principais e 32 Parceiros Associados num consórcio que objectiva a transferência electrónica dos dados na cadeia logística que concorrem para a elaboração do B/L e do Manifesto.

O contrato de financiamento entre o Consórcio SCOPE a Agência de Inovação foi assinado em Novembro de 2002, tendo sido iniciados os trabalhos formais do projecto ainda neste exercício.

Na convicção de que o Projecto SCOPE seria incontornável, comprovado pela forte adesão que este projecto mereceu por parte dos Agentes Económicos (Carregadores, Agentes Transitários, Agentes de Navegação, Armadores, Despachantes, Concessionários, Softwarehouses) o exercício de 2002 foi fortemente direccionado para responder a esta realidade:

- ◆ Evolução das soluções aplicacionais instaladas, objectivando o robustecimento da estrutura do GCP–Gestão Comercial Portuária (pasta de escala única, delegação formal de responsabilidades, segurança a nível do documento, procedimentos operacionais assistidos), tendo sido desenvolvida a grande parte da versão que entrará em produção em 2003, conjuntamente com um Guia Funcional de procedimentos em preparação;

- ◆ Desenvolvimento de acções complementares ao SCOPe, objectivando garantir a exploração do potencial associado à transferência electrónica de dados bem para além das economias pontuais inerentes à evolução tecnológica; este foi aliás um aspecto central induzido pela participação dos Agentes Económicos do Sector e pelas suas Associações Empresariais;
- ◆ Refira-se aqui em especial a informatização das Autorizações Aduaneiras de Saída de Contentores do Porto de Leixões, integradas com o relacionamento electrónico da APDL com o TCL, SA (Concessionário com o estatuto de Depósito Temporário), com a informatização das portarias já com o registo de imagem associado aos movimentos da *gate*, com a publicação *online* na Internet do estado das Autorizações Aduaneiras e com o radical desaparecimento da circulação de papéis na vertente de contentores desembarcados;
- ◆ Acompanhamento das especificações nacionais desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho da DGAIEC - Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais Sobre o Consumo e da DGITA - Direcção-Geral de Apoio à Informática Tributária e Aduaneira, que conduziu ao desenvolvimento, já em estado avançado no final deste exercício, do designado PMT - Processo Meio de Transporte, posicionando a via marítima como pioneira relativamente aos restantes modos de transporte;
- ◆ Especificação e contratação da evolução dos aspectos de segurança, fiabilidade e performance dos acessos externos ao Sistema, objectivando poder estabelecer níveis de segurança e de qualidade de serviço compatível com os desafios inerentes ao posicionamento como pivot da info-estrutura do Porto de Leixões;
- ◆ Profissionalização da actividade de Suporte aos Sistemas, através da duplicação do *staff* de Recursos Humanos e da contratação de uma solução de *Helpdesk* que entrará em produção normal no primeiro Trimestre de 2003;
- ◆ Normalização das infra-estruturas (evolução das comunicações para *Gigabit*, *Windows 2000*, espaço de *Storage* centralizado, estabilização do sistema central em *Cluster*), objectivando robustecer a vertente tecnológica antes de avançar para a cobertura de funções críticas no seio dos processos produtivos do Porto de Leixões.

Refira-se aqui em especial terem estas acções decorrido de forma a minimizar o impacto na operacionalidade do Sistema, evidenciando a justeza das opções de investimento anteriores no sentido da escalabilidade e da fiabilidade, potenciando assim a evolução em detrimento de fenómenos de descontinuidade.

Apesar de a presença da DGAIEC e da DGITA no projecto ser *de per si* uma garantia de implementação de um standard a nível nacional, foi dada especial relevância à formulação de um projecto no âmbito da APP - Associação de Portos de Portugal, objectivando a convergência de procedimentos e o estabelecimento de níveis de serviço entre todos os intervenientes nos portos nacionais, no âmbito do programa de *e-government* definido como prioritário pelo Governo.

Conclui-se pois ter sido o ano de 2002 caracterizado como de preparação da próxima geração de soluções à escala da Comunidade Portuária, tendo para o efeito sido já experimentadas com sucesso no exercício algumas soluções demonstrativas da capacidade de os seus intervenientes a concretizarem.

Não menos importante de realçar, o facto de ter sido pela primeira vez estabelecida a plataforma de entendimento conducente à convergência de procedimentos a nível nacional.

Infra-estruturas de Sistemas de Informação

No âmbito desta rubrica, merecem especial relevância:

- ◆ Actualização dos Equipamentos Activos da rede
- ◆ Migração para ambiente Windows 2000 com Exchange
- ◆ Actualização de parque informático
- ◆ Outras acções relativas à fiabilização da infra-estrutura
- ◆ Projecto controlo de velocidade no recinto portuário
- ◆ Projecto de gestão centralizada da rede eléctrica
- ◆ Acções ligadas às novas funcionalidades do GCP
- ◆ Melhorias na área de desenho assistido por computador

Projectos e Desenvolvimento Aplicacional

Nesta área realçam-se as intervenções nos projectos seguintes:

- ◆ Informação de Gestão
- ◆ Site da Internet
- ◆ PGS - Plano Global de Segurança
- ◆ GCP – Gestão Comercial Portuária
- ◆ Projecto SCOPE
- ◆ SAI – Sistema Aplicacional Integrado

Investimento

V. INVESTIMENTO

Investimento

Na sequência das melhorias relevantes produzidas nos últimos anos nas infra-estruturas portuárias e acessibilidades terrestres os investimentos a implementar no decurso do QCA III visam sobretudo o incremento contínuo da qualidade dos serviços actualmente prestados pelo Porto de Leixões, a captação de novos segmentos de mercado, essencialmente ao nível do TMCD - Transporte Marítimo de Curta Distância, e o desenvolvimento de serviços de carácter logístico, em interacção com o Plano da Rede Nacional de Plataformas Logísticas.

Com os investimentos planeados, o Porto de Leixões pretende ser beneficiado pela transferência de mercadorias do modo rodoviário para o marítimo de curta distância e pelas novas oportunidades que surgirão com o desenvolvimento do transporte multimodal e dos serviços logísticos associados às plataformas e centros a implementar.

O valor do investimento realizado em 2002 registou um pequeno acréscimo relativamente ao exercício anterior. Ficou, contudo, aquém do que era o objectivo da APDL. Tal facto ficou a dever-se essencialmente à identificação da necessidade de proceder à avaliação do impacte ambiental de algumas obras, à reavaliação do investimento Automatização do Sistema de Descarga de Agro-Alimentares com parceiros da Comunidade Portuária de Leixões e ao atraso na definição das opções nacionais em termos de infra-estruturas logísticas.

INVESTIMENTO

Unid.: 1000 Euros

	2000	2001	2002
Adquirido	22 180	11 723	12 145
Trabalho Próprio	30	53	90
Total	22 210	11 776	12 235

Dos projectos de investimento desenvolvidos em 2002 destacam-se:

Acessibilidades Terrestres e Infra-estruturas Portuárias

- ◆ Desenvolvimento da execução da obra da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões, estimada em 20,55 milhões de euros, destinada a ligar, de forma mais rápida e segura, o trânsito portuário às principais vias estruturantes de ligação Norte – Sul, IP1, e de ligação ao interior do país, IP4 e IC24, através da criação de uma via dedicada de acesso ao porto;

- ◆ Conclusão da 1ª fase da execução da obra da Reabilitação e Reforço de Parte do Cais Sul da Doca 1, no valor estimado de 2,29 milhões de euros;
- ◆ Desenvolvimento do estudo prévio relativo à construção de um Terminal Multiusos no Molhe Sul, cujo investimento estimado é de 10,6 milhões de euros;
- ◆ Investimento nas redes eléctricas, nomeadamente através da Remodelação do Posto de Transformação - PT17, fornecimento e montagem do Sistema de Iluminação da Área Nascente do Viaduto da Via Rápida e da Área da Cintura Portuária e conclusão da Gestão Centralizada de Energia, totalizando um investimento no exercício de aproximadamente 153 mil euros;
- ◆ Desenvolvimento da empreitada de Reabilitação da Avenida Comércio de Leixões, com um investimento no exercício de 292 mil euros;
- ◆ Demolição de edifícios e repavimentação para recuperação de terraplano e outras intervenções em adaptação de infra-estruturas, no valor de 58 mil euros.

Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões

- ◆ Desenvolvimento do processo de consulta para adjudicação do estudo de impacte ambiental para o Estabelecimento da Bacia de Rotação e do Canal de Acesso à Doca 4 do Porto de Leixões que permitirá assegurar fundos de pelo menos -12 m (Z.H.) em toda a bacia de rotação e no canal de acesso às docas interiores, que, conjuntamente com as restantes peças do projecto de execução da obra, representa um investimento estimado em 104 500 euros;
- ◆ Desenvolvimento do processo da consulta para adjudicação da elaboração do projecto de Alargamento do Vão da Ponte Móvel de Leixões e construção de nova ponte, no valor estimado de 250 mil euros.

Plano Estratégico do Porto de Leixões

- ◆ Lançamento do processo para adjudicação da elaboração do estudo do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões.

Segurança e Ambiente

- ◆ Aquisição de 25 000 Litros de Espumífero Fluoro Sintético, no valor aproximado de 60 mil euros;
- ◆ Conclusão da Ampliação do Sistema CCTV ao Molhe Sul e Silopor, no valor aproximado de 143 mil euros;
- ◆ Ampliação do Sistema de Controlo de Velocidade por Radar, no valor aproximado de 19 mil euros.

Equipamento Portuário

- ◆ Aquisição de um Tractor Para Serviços de Reboque de Equipamento Auxiliar, no valor aproximado de 24 500 euros;
- ◆ Lançamento do processo de concurso para Fornecimento de um Rebocador Portuário de 25M, num investimento estimado de 2,75 milhões de euros.

Comunicações e Informática

- ◆ Investimento no valor de 218 mil Euros em projectos aplicativos, nomeadamente:
 - na implementação das componentes Processo Meio de Transporte, Declaração Geral de Carga e Autorizações de Saída de Contentores do projecto SCOPE – Sistema da Comunidade Portuária Electrónico, de Investigação em Consórcio, participado pelo POSI, através da Agência de Inovação, o qual consiste na concepção e implementação de um modelo organizativo integrado de gestão dos processos correlacionados com a transferência e circulação electrónica dos dados do Manifesto de Carga e de Descarga das mercadorias movimentadas no porto;
 - em acções complementares ao SAI – Sistema Aplicacional Integrado;
 - e no desenvolvimento do Site da APDL na Internet.
- ◆ Desenvolvimento de algumas componentes de Infra-estruturas de comunicações e segurança e aquisições de componentes de hardware e software no valor de 275 mil euros.

Reabilitação e Reconversão de Infra-estruturas

- ◆ Conclusão da empreitada de Renovação e Uniformização de Fachadas no Edifício Central da APDL, com o custo aproximado de 372 mil euros;
- ◆ Fabrico e montagem de Vedações no Molhe Sul e no Molhe Norte, com o custo de 107,4 mil euros;
- ◆ Elaboração do projecto para Remodelação e Arranjos Interiores das Instalações da DOP, num valor estimado de 187 mil euros;
- ◆ Adjudicação do estudo e projecto de arquitectura para Remodelação da Estação de Passageiros de Leixões, com um investimento aproximado de 500 mil euros;
- ◆ Aquisição de Instalações Pré-fabricadas para Instalação da Alfândega e Sanidade de Fronteiras, no valor de 180,4 mil euros.

Grande Conservação de Infra-estruturas e Equipamento:

- ◆ Execução de operações de reparação ou beneficiação em edifícios e Infra-estruturas Portuárias, no valor de 214 mil euros;
- ◆ Realização de intervenções de revisão, manutenção e beneficiação nos Equipamentos Portuários Terrestres e na Frota Naval, nos montantes de 489 mil euros e 699 mil euros, respectivamente.

Porto do Douro Via Navegável e Frente Atlântica

- ◆ Desenvolvimento de inspecções detalhadas e do projecto de execução para Reabilitação do Cais Acostável de Gaia, com um investimento no exercício de aproximadamente 49 mil euros.

Fontes de financiamento

A maior parte do investimento concretizado pela APDL, SA, neste exercício foi financiado por fundos próprios. A componente relativa a investimento com financiamento externo diz respeito à comparticipação comunitária do POAT – Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (FEDER), e do programa PRAXIS XXI e à comparticipação do Orçamento de Estado, através do Cap. 50º.. Os investimentos que mereceram comparticipação de fontes externas foram:

- ◆ VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões: FEDER e Cap. 50º do O.E.;
- ◆ Reabilitação e Reforço de Parte do Cais Sul da Doca 1: FEDER;
- ◆ IES – Sistema de Inspeção de Infra-estruturas Submarinas: PRAXIS XXI.

Em 2002, os subsídios ao investimento, comunitários e nacionais, recebidos pela APDL, SA, foram os seguintes:

	Unid.: 1000 Euros
Fundo de Coesão *	7 850
FEDER	951
PRAXIS XXI	3
CO.E. – Cap. 50º	248
Total	9 052

* Relativo ao saldo final da comparticipação ao II Quadro Comunitário de Apoio

As fontes de financiamento do investimento desenvolvido pela APDL, SA, nos últimos três anos estão espelhadas no seguinte quadro:

FONTES DE FINANCIAMENTO AO INVESTIMENTO

	Unid.: 1000 Euros		
	2000	2001	2002
Fundo de Coesão	10 258	-	7 850
FEDER	70	730	951
PRAXIS XXI	-	-	3
O.E. – Cap. 50º	42	658	248
Fundos Próprios	11 840	10 388	3 183
Total	22 210	11 776	12 235

Análise Económica e Financeira

VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Desde que, em 1999, esta Administração Portuária encetou reformas estruturais profundas iniciando o processo de concessão da actividade de movimentação de cargas ao sector privado, a reestruturação e racionalização da organização e uma redução significativa dos recursos humanos, o exercício agora findo foi o primeiro em que a actividade se desenvolveu plenamente enquadrada pelo novo modelo de gestão implementado.

Curiosamente, o exercício de 2002 fica também assinalado pela obtenção de Resultados Operacionais positivos, o que não se verificava desde 1998.

A sensível melhoria do desempenho económico é tanto mais satisfatória, quanto decorreu numa conjuntura económica adversa, com claros reflexos na actividade portuária.

Os Resultados Líquidos do exercício superam os 5 milhões de euros, sendo de referir que, pela primeira vez, o imposto sobre o rendimento do exercício foi calculado não na óptica do “imposto a pagar”, mas seguindo o critério de reconhecer os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos relevados no balanço.

RESULTADOS LÍQUIDOS

	Unid.:1000 Euros		
	2000	2001	2002
Resultados Operacionais	(1.364)	(1.528)	1.845
Resultados Financeiros	345	418	679
Resultados Extraordinários	1.331	9.661	2.277
Imposto s/ Rendimento	(25)	(728)	460
Resultado Líquido	287	7.823	5.261

A formação dos Resultados Líquidos é agora mais equilibrada do que nos anos anteriores. Os Resultados Operacionais dão um contributo significativo para aqueles, os Resultados Financeiros crescem mais de 50% relativamente ao ano anterior, e os Resultados Extraordinários, embora expressivos, deixam de ser o factor essencial para obtenção de Resultados Líquidos positivos.

EVOLUÇÃO DA EXPLORAÇÃO

Interessa perceber as razões da evolução ocorrida na exploração, que conduziu a Resultados Operacionais próximos dos 2 milhões de euros.

A análise permite-nos concluir que a evolução foi favorável quer na componente proveitos, quer na de custos.

PROVEITOS OPERACIONAIS

Unid.: 1000 Euros

	2000	2001	2002
Prestação de Serviços	31.957	31.848	33.091
Proveitos Suplementares	1.030	1.246	1.703
Outros Proveitos	147	159	262
Total	33.134	33.253	35.056

Os Proveitos Operacionais crescem 5,4% relativamente ao ano anterior:

- ◆ A Prestação de Serviços, com um peso relativo de 94% no conjunto, atinge os 33 milhões de euros, mais 3,9% do que no exercício transacto.
Sendo certo que a evolução do tráfego de mercadorias e do movimento de navios não foi favorável, a receita cresceu à custa de actualizações tarifárias.
- ◆ Os Proveitos Suplementares apresentam um crescimento excepcional de 37%. A razão substancial está na política de rentabilização das áreas de domínio público, sob jurisdição da APDL e não afectas à exploração portuária, que vem sendo prosseguida nos últimos anos.
A receita associada à gestão dominial atingiu 1,2 milhões de euros, crescendo 50% neste exercício, e justifica globalmente a evolução observada nos Proveitos Suplementares.

Regressando à Prestação de Serviços, interessa aprofundar a razão dum crescimento limitado à actualização tarifária e perceber a estrutura destes proveitos num exercício em que funcionaram já em plenitude as empresas concessionárias da actividade de movimentação das mercadorias.

No quadro seguinte retrata-se a situação actual e a evolução ocorrida desde 2000.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Unid.: 1000 Euros

	2000	2001	2002
Serviços Prestados ao navio	9.191	9.229	9.242
Serviços Prestados à mercadoria			
Utilização Equip.Movimentação e Transp.Terrestre	4.605	882	4
Armazenagem	609	153	30
TUP - Carga	4.746	3.369	2.765
	<u>9.960</u>	<u>4.404</u>	<u>2.799</u>
Concessões			
Terminal Petroleiro	6.436	6.356	6.262
Terminal de Contentores	5.316	8.274	8.896
Terminal Carga Geral e Granéis	0	1.629	3.367
Outras	114	981	1.415
	<u>11.866</u>	<u>17.240</u>	<u>19.940</u>
Fornec. e Serv. Diversos	940	975	1.110
Total	31.957	31.848	33.091

Da análise do mesmo conclui-se que:

- ♦ A actividade de movimentação de cargas está quase toda (com excepção do tráfego Ro-Ro) entregue a concessionários e os proveitos, que origina, representam 60% da Prestação de Serviços.

A evolução dos negócios das diferentes empresas concessionárias foi distinta:

- No Terminal Petroleiro e pelo 2º.ano consecutivo observa-se uma redução das quantidades de granéis líquidos movimentados.

Em 2002 verificou-se um decréscimo de 7% naquela movimentação (-500 000 toneladas), depois de em 2001 já se ter assistido a uma quebra de 8%.

Uma vez que os Granéis Líquidos representam mais de 50% das quantidades globais de mercadorias que passam em Leixões, o movimento geral do porto ressentiu-se de imediato, quando o Terminal Petroleiro diminuiu de actividade.

- No Terminal de Contentores verificou-se um crescimento de 2% na mercadoria movimentada e de 3% no número de TEU's; taxas que se situaram dentro das projecções do concessionário.

Os proveitos associados à concessão aumentam 7,5%, pois adicionalmente ocorreu uma actualização tarifária de 4,4%.

- No Terminal de Carga Geral e Granéis, com o primeiro ano completo de actividade, as mercadorias movimentadas ficaram

consideravelmente abaixo das expectativas do concessionário, sobretudo no que concerne a Carga Geral Fraccionada, que sofreu uma quebra de 14%.

Os Granéis Sólidos cresceram 2%, mas esta variação positiva não foi suficiente para anular a diminuição da Carga Geral. Globalmente, as toneladas movimentadas na área concessionada ao TCGL, SA foram inferiores em cerca de 2,5% às registadas no ano anterior.

- Residualmente, em “Outras Concessões”, estão os proveitos associados ao terminal Cimenteiro, à Docapesca e a uma licença nova no Molhe Sul para movimentação de areias, a qual explica, só por si, o crescimento destes proveitos em 2002.

Na prestação de serviços ao navio, os proveitos mantiveram-se quase inalterados. Apesar da actualização tarifária de 3,8%, houve diminuição no número de navios entrados e perda da linha Ro-Ro, que operou ao longo de quase todo o ano anterior, e que tinha originado proveitos brutos na ordem dos 340 mil euros.

Por fim, a TUP-Carga apresenta uma redução de 18%. Neste caso, o decréscimo é justificado em boa parte pela redução de tarifas verificada ainda em 2001, no que respeita à carga geral fraccionada e granéis, redução que na altura foi de cerca de 40%, mas apenas se reflectiu no 2º. semestre.

Na vertente dos Custos Operacionais, a evolução foi bastante positiva. Verifica-se uma diminuição de cerca de 1,5 milhões de euros (-4,5%) relativamente ao ano anterior.

CUSTOS OPERACIONAIS

	Unid.: 1000 Euros		
	2000	2001	2002
Consumos + Forn. e Serv. Externos	6.513	7.420	7.762
Custos c/Pessoal	14.814	13.583	11.745
Amortizações	11.549	12.035	11.859
Provisões	184	120	263
Outros Custos Operacionais	1.439	1.624	1.582
Total	34.499	34.782	33.211

E é exclusivamente o factor “recursos humanos” que contribui para aquele decréscimo. Com efeito, os “Custos com o Pessoal” diminuem 14%, beneficiando duma redução significativa do número de trabalhadores ao longo dos últimos 3 anos, período em que decorreu o processo extraordinário de aposentação ao abrigo do D.L. nº467/99.

Em 1999, a APDL tinha 390 trabalhadores ao serviço. No final de 2002, aquele número reduziu-se para 219. Esta variação comporta, essencialmente, a saída de 248 trabalhadores por aposentação e a admissão de 86 trabalhadores novos, jovens e com preparação académica adequada ao novo modelo de gestão da autoridade portuária.

A evolução da estrutura dos Custos Operacionais, que pode ser observada no quadro seguinte, evidencia o efeito positivo da redução de efectivos na formação dos Resultados Operacionais.

ESTRUTURA DOS CUSTOS OPERACIONAIS

	Em %		
	2000	2001	2002
<i>Proveitos Operacionais</i>	100,0	100,0	100,0
Consumos + Forn. e Serv. Externos	19,7	22,3	22,1
Custos c/Pessoal	44,7	40,9	33,5
Amortizações e Provisões	35,4	36,2	34,6
Outros Custos Operacionais	4,3	5,2	4,5
<i>Custos Operacionais</i>	104,1	104,6	94,7
Resultados Operacionais	(4,1)	(4,6)	5,3

É também notório o aumento do peso relativo dos Fornecimentos e Serviços Externos. A implementação duma organização de menor dimensão, mais flexível, preparada para responder de forma eficaz aos novos desafios e oportunidades, que as tecnologias de informação e comunicação proporcionam, originou também encargos acrescidos com trabalhos especializados, marketing e serviços de segurança e vigilância.

Globalmente os Custos Operacionais atingiram um montante superior em 1 milhão de euros ao orçamentado. Mas cerca de 60% deste desvio está nas Amortizações do exercício, não influenciando os meios libertos pela exploração, que atingem o expressivo valor de 17,2 milhões de euros.

CASH – FLOW

	Unid.: 1000 Euros		
	2000	2001	2002
Resultados Líquidos	288	7 823	5 261
Amortizações	11.549	12.035	11 859
Provisões (variação)	627	636	113
Fundos Libertos	12.464	20.494	17.233

SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O bom desempenho económico reforça ainda mais a sólida situação financeira da empresa.

A situação patrimonial é estruturalmente muito semelhante à do ano anterior para os Activos, destacando-se o reforço dos Capitais Próprios e a diminuição do Passivo.

BALANÇOS

Unid.: 1000 Euros

	2001		2002	
	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	225 517	86,9	225 741	87,0
Activo circulante	30 357	11,7	29 359	11,3
Existências	183	0,1	176	0,1
Dívidas de 3ºs. CP	12 250	4,7	5 303	2,0
Disponibilidades	17 924	6,9	23 880	9,2
Acréscimos e Diferimentos	3 674	1,4	4 521	1,7
Acréscimos de Proveitos	1 138	0,4	1 011	0,4
Custos Diferidos	2 536	1,0	3 510	1,3
Total do Activo	259 548	100,0	259 621	100,0
Capital Próprio	166 214	64,0	171 475	66,1
Prov.pº.Riscos e Encargos	54 811	21,1	50 745	19,5
Dívidas a 3ºs. m.l.p.	138	0,1	187	0,1
Dívidas a 3ºs. c.p.	7 153	2,8	5 890	2,3
Acréscimos e Diferimentos	31 232	12,0	31 324	12,0
Acréscimos de Custos	1 346	0,5	1 102	0,4
Proveitos Diferidos	29 886	11,5	30 222	11,6
Total do passivo+ Sit. liq.	259 548	100,0	259 621	100,0

Apesar das grandes classes do Activo apresentarem pesos relativos idênticos aos do exercício anterior, a sua composição é distinta nos seguintes casos:

- ◆ O Activo Circulante tem uma maior liquidez: a recepção em 2002 do saldo final do Fundo de Coesão implicou uma redução de 7,5 milhões de euros nas “Dívidas de Terceiros” e um reforço, em igual montante, das Disponibilidades.
- ◆ Em Acréscimos e Diferimentos, os Custos Diferidos aumentam cerca de 1 milhão de euros.

Esta variação está quase exclusivamente relacionada com o reconhecimento contabilístico de activos por impostos diferidos pela primeira vez.

Relativamente ao Passivo ressalta uma redução de 5 milhões de euros:

- ◆ A maior parte desta redução (4 milhões de euros) fica a dever-se à diminuição da estimativa dos encargos com o processo de aposentação, registados em Provisões para riscos e encargos desde o exercício de 2000, como consequência dos encargos pagos ao longo do exercício agora findo.
- ◆ A restante, num montante de 1 milhão de euros, tem como principal motivo o decréscimo dos débitos a Fornecedores de Imobilizado. Tendo o esforço de investimento sido idêntico ao de 2001, conclui-se que no final do ano anterior houve uma maior concentração de facturação não liquidada.

A melhoria das condições económicas da exploração reflecte-se no crescimento dos Capitais Próprios (mais 5,2 milhões de euros), reforçados por Resultados Líquidos do exercício de igual montante.

A evolução positiva da situação económica-financeira da empresa no exercício de 2002 é indiscutível. Os quadros seguintes, que apresentam alguns indicadores de natureza económica e financeira, confirmam aquela evolução.

FUNDO DE MANEIO

	Unid.: 1000 Euros	
	2001	2002
1. Capitais Circulantes	31 495	30 370
2. Passivo Corrente	12 686	11 017
3.Fundo de Maneio (1-2)	18 809	19 353

RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA E FINANCEIRA

	2001	2002
<u>Financeiros</u>		
Liquidez (1)	2,45	2,76
Autonomia Financeira (2)	0,64	0,66
Solvabilidade (3)	1,78	1,95
Cobertura do Imobilizado (4)	0,97	0,98
Tempo médio de cobrança (dias)	29	32
Tempo médio de pagamento (dias)	59	83
<u>Económicos (Em %)</u>		
Produção / Ponto Crítico (5)	95,1	105,1
Custos c/Pessoal / VAB (6)	52,6	43,1
Rentabilidade das Vendas (7)	-4,8	5,6
Rentabilidade Operacional do Activo (8)	-0,6	0,7
Rentabilidade dos Cap. Próprios (9)	4,6	3,1

(1) (Activo Circ. + Acrésc. Prov.) / (Passivo c.p. + Acrésc. Custos)

(2) Cap. Próprio / Activo Total Líq.

(3) Capitais Próprios / Passivo Total

(4) Capitais Permanentes / Imobilizado Corpóreo

(5) Ponto Crítico = Custos variáveis + Custos de Estrutura

(6) Custos c/ Pessoal / VAB

(7) Resultados Operacionais / Prestação de Serviços

(8) Resultados Operacionais / Activo Total

(9) Resultados Líquidos / Capitais Próprios

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os Resultados Líquidos apurados no exercício atingem o montante de Euros 5 260 678,86.

Considerando o disposto no artº. 17º dos Estatutos propõe-se a seguinte aplicação dos Resultados:

- ◆ 10% para Reserva Legal, no montante de Euros 526 067,89
- ◆ que os restantes 4 734 610,97 Euros sejam levados a Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

(António Ricardo de Oliveira Fonseca)

(Emílio Fernando Brogueira Dias)

(João Henrique Fernandes Marinho)

Balanço, Conta de Resultados e Anexos

BALANÇO EM 31/12/2002

Unid.: Euros

Cód. POC	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Exercícios			
		2002			2001
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
432	Desp. de investigação e desenvolvim	1.276.095	964.946	311.149	158.573
433	Direito Propriedade Industrial	76.092	3.422	72.670	1.060
44	Imobilizações em curso	0		0	104.002
		1.352.187	968.368	383.819	263.635
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	15.044.308		15.044.308	15.044.308
422	Edifícios e outras construções	224.580.656	35.122.184	189.458.472	192.500.915
423	Equipamento básico	5.021.039	2.769.432	2.251.607	2.649.286
424	Equipamento de transporte	1.201.590	624.055	577.535	591.235
425	Ferramentas e utensílios	382.032	192.651	189.381	74.683
426	Equipamento administrativo	5.019.020	2.352.830	2.666.190	3.257.202
429	Outras imobilizações corpóreas	1.072.961	428.273	644.688	591.397
44	Imobilizações em curso	13.202.809	0	13.202.809	9.174.047
		265.524.415	41.489.425	224.034.990	223.883.073
	Investimentos financeiros:				
4113	Partes de capital de outras empresas	123.702	0	123.702	123.702
4142	Edifícios e outras construções	1.388.653	189.100	1.199.553	1.246.830
		1.512.355	189.100	1.323.255	1.370.532
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subs. e de consum	310.344	134.286	176.058	182.520
		310.344	134.286	176.058	182.520
	Dívidas de Terceiros - Curto prazo				
211	Clientes c/c	2.541.007		2.541.007	2.557.583
218	Clientes de cobrança duvidosa	187.989	187.989	0	0
24	Estado e outros entes públicos	335.276		335.276	722.162
26	Outros devedores	2.917.367	491.044	2.426.323	8.969.868
		5.981.639	679.033	5.302.606	12.249.613
	Títulos negociáveis				
18	Outras aplicações de tesouraria	21.618.356		21.618.356	15.468.744
		21.618.356	0	21.618.356	15.468.744
	Depósitos bancários e caixa				
12	Depósitos bancários	2.257.437		2.257.437	2.434.900
11	Caixa	4.031		4.031	20.664
		2.261.468		2.261.468	2.455.564
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1.010.563		1.010.563	1.138.378
272	Custos diferidos	2.624.045		2.624.045	2.535.855
276	Activos por impostos diferidos	886.137		886.137	0
		4.520.745		4.520.745	3.674.233
	Total de amortizações		42.646.893		
	Total de provisões		813.319		
	Total do activo	303.081.509	43.460.212	259.621.297	259.547.914

BALANÇO EM 31/12/2002

Unid.: Euros

Cód. POC	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Exercícios	
		2002	2001
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
	Capital próprio:		
511	Capital	48.000.000	48.000.000
5601	Reservas de reavaliação	2.995.452	2.995.452
5602	Res. Avaliação DL Nº 335/98	160.183.758	160.183.758
571	Reservas Legais	1.267.837	485.575
574	Reservas livres	581.614	581.614
59	Resultados transitados	-46.814.576	-53.854.928
		166.214.085	158.391.472
88	Resultados líquidos do exercício	5.260.679	7.822.612
	Total do capital próprio	171.474.764	166.214.084
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos:		
293	Processos judiciais em curso	337.704	540.523
296	Encargos futuros Subsistema Privativo Saúde	40.053.882	40.128.266
297	Encargos aposentação DL Nº 467/99	10.353.117	14.141.760
		50.744.703	54.810.549
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
24	Estado e outros entes públicos	0	0
261	Fornecedores de imobilizado	187.212	138.478
268	Outros credores	0	0
		187.212	138.478
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
221	Fornecedores c/c	1.887.831	1.550.663
228	Fact. Recep. e Conferência	157.725	130.866
219	Adiantamentos de clientes	12.470	12.470
261	Fornecedores de imobilizado	1.743.129	3.209.556
24	Estado e outros entes públicos	1.026.496	1.355.214
26	Outros credores	1.062.450	893.540
		5.890.101	7.152.309
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.102.608	1.346.630
274	Proveitos diferidos	30.221.909	29.885.864
		31.324.517	31.232.494
	Total do passivo	88.146.533	93.333.830
	Total do capital próprio e do passivo	259.621.297	259.547.914

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LIQUIDOS DE 1/1/2002 A 31/12/2002

Unid.: Euros

Cód. POC	Designação das Contas	Exercícios	
		2002	2001
CUSTOS E PERDAS			
61	Custo merc. vend. e mat. consumidas	275.268	289.158
62	Fornecimentos e serviços externos	7.486.929	7.130.621
		7.762.197	7.419.779
Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações	7.001.824	8.460.920
Encargos Sociais:			
643	Pensões	82.444	46.769
645..648	Outros	4.660.815	5.075.533
		11.745.083	13.583.222
66	Amortizações do imobilizado	11.859.127	12.034.944
67	Provisões	263.152	119.876
		12.122.279	12.154.820
63	Impostos	5.200	15.194
65	Outros custos operacionais	1.576.407	1.609.621
		1.581.607	1.624.815
(A)		33.211.166	34.782.636
683	Amort. de invest. em imóveis	47.277	47.277
681..688	Juros e custos similares	149.168	165.983
(C)		196.445	213.260
		33.407.611	34.995.896
69	Custos e perdas extraordinárias	4.486.800	3.971.300
(E)		37.894.411	38.967.196
86	Imposto s/o rendimento do exercício	-460.098	728.249
(G)		37.434.313	39.695.445
88	Resultado líquido do exercício	5.260.679	7.822.612
		42.694.992	47.518.057
PROVEITOS E GANHOS			
72	Prestações de serviços	33.091.047	31.848.180
Variação de produção			
74	Subsídios à Exploração	83.866	95.667
75	Trabalhos para a própria empresa	89.920	53.324
73	Proveitos suplementares	1.703.098	1.245.918
76	Outros proveitos operacionais	87.937	10.745
(B)		1.791.035	1.256.663
		35.055.868	33.253.834
7815/6+783	Rendimento de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras	701.844	477.859
7811+785/6/8	Outros juros e proveitos similares	173.432	153.615
(D)		875.276	631.474
		35.931.144	33.885.308
79	Proveitos e ganhos extraordinários	6.763.848	13.632.749
(F)		42.694.992	47.518.057
Resultados operacionais (B)-(A)		1.844.702	-1.528.802
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		678.831	418.214
Resultados correntes (D)-(C)		2.523.533	-1.110.588
Resultados antes de impostos (F)-(E)		4.800.581	8.550.861
Resultado líquido do exercício (F)-(G)		5.260.679	7.822.612

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unid.: Euros

	Exercícios			
		2002		2001
Vendas e prestações de serviços	+	33.091.047	+	31.848.180
Custo das vendas e das prestações de serviços	-	19.622.458	-	20.750.730
Resultados Brutos	+	13.468.589	+	11.097.450
Outros proveitos e ganhos operacionais	+	1.964.821	+	1.405.654
Custos de distribuição	-	0	-	0
Custos administrativos	-	6.842.755	-	6.705.879
Outros custos e perdas operacionais	-	4.787.955	-	5.446.508
Resultados Operacionais	+	3.802.700	-	350.717
Custo líquido de financiamento	-	0	-	0
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	-	0	-	0
Ganhos (perdas) em outros investimentos	+	678.831	+	418.214
Resultados correntes	+	4.481.531	-	768.931
Impostos sobre os resultados correntes	-	1.612.855	-	253.747
Resultados correntes após impostos	+	2.868.676	-	515.184
Resultados extraordinários	+	319.050	+	7.781.930
Impostos sobre os resultados extraordinários	+	1.186.816	-	474.502
Alterações de políticas contabilísticas	+	886.137	+	0
Resultados líquidos	+	5.260.679	+	7.822.612
Resultados por acção	+	0,55	+	0,81

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 1/1/2002 a 31/12/2002

ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		Unid.: Euros	
Recebimentos de clientes	+	34.864.992	
Pagamentos a fornecedores	-	7.332.934	
Pagamentos ao pessoal	-	11.974.506	
Fluxo gerado pelas operações		15.557.552	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1.262.255	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-	-1.088.513	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		13.206.784	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	+	672.587	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-	4.290.292	
Fluxos das actividades operacionais (1)			9.589.079
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		0	
Imobilizações Corpóreas		53.875	
Imobilizações Incorpóreas		0	
Subsídios para investimentos		9.052.723	
Juros e proveitos similares		962.388	
Dividendos		0	
Empréstimos concedidos		28.000	10.096.986
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros		0	
Imobilizações Corpóreas		13.196.662	
Imobilizações Incorpóreas		251.818	
Empréstimos concedidos		80.000	13.528.480
Fluxos das actividades de investimento (2)			-3.431.494
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		0	
Subsídios e doações		0	
Venda de acções e quotas próprias		0	
Cobertura de prejuízos		0	
Empréstimos dos sócios		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		0	
Amortização de contratos de locação financeira		191.566	
Juros e custos similares		10.504	
Dividendos		0	
Reduções de capital e prestações suplementares		0	
Aquisição de acções e quotas próprias		0	
Empréstimos dos sócios		0	202.070
Fluxos das actividades de financiamento (3)			-202.070
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)			5.955.515
Efeito das diferenças de câmbio			0
Caixa e seus equivalentes no início do período			17.924.309
Caixa e seus equivalentes no fim do período			23.879.824

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS FUNDOS

Unid.: Euros

Origem dos fundos			Aplicação dos fundos		
Internas:			Movimentos financeiros a médio e longo prazo:		
Resultado líquido do exercício	5.260.679		Diminuição das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:		
Amortizações do exercício:			Fornecedores de imobilizado	0	
De imobilizado corpóreo	11.727.495		Estado e outros entes públicos	0	
De imobilizado incorpóreo	131.632		Outros Credores	0	0
De investimento financeiro	47.277				
Variação de provisões	-3.802.693	13.364.390			
			Acréscimos e diferimentos:		
Externas:			Activos por impostos diferidos		886.137
Aumento das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:			Aumento de imobilizações:		
Fornecedores de imobilizado		48.734	Trabalhos da empresa para ela própria	89.920	
Diminuições de imobilizações:			Aquisição de imobilizações:		
Cessão de imobilizações		104.065	Imobilizado corpóreo	11.950.830	
Acréscimos e diferimentos:			Imobilizado incorpóreo	194.542	12.235.292
Prov. diferidos - Subs.ao Investimento		342.486	Aumento dos fundos circulantes		738.246
		13.859.675			13.859.675

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES

Unid.: Euros

1 - Aumentos das existências		1 - Diminuição das existências	
Matérias-primas,subs.e de consumo		Matérias-primas,subs.e de consumo	6.462
2 - Aumento das dívidas de terceiros a curto prazo		2 - Diminuição das dívidas de terceiros a curto prazo	
Clientes c/c		Clientes c/c	16.576
Clientes de cobrança duvidosa	9.900	Clientes de cobrança duvidosa	
Estado e outros entes públicos		Estado e outros entes públicos	386.886
Outros devedores		Outros devedores	6.290.292
Acréscimos e diferimentos		Acréscimos e diferimentos	39.625
3 - Diminuição das dívidas a terceiros a curto prazo		3 - Aumento das dívidas a terceiros a curto prazo	
Adiantamentos de clientes		Adiantamentos de clientes	
Fornecedores, c/c		Fornecedores, c/c	364.027
Estado e outros entes públicos	328.718	Estado e outros entes públicos	
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.466.427	Fornecedores de imobilizado, c/c	
Outros credores		Outros credores	168.910
Acréscimos e diferimentos	250.463	Acréscimos e diferimentos	0
4 - Aumento das disponibilidades		4 - Diminuição das disponibilidades	
Caixa		Caixa	16.633
Depósitos à Ordem		Depósitos à Ordem	177.463
Outras aplicações de tesouraria	6.149.612	Outras aplicações de tesouraria	
		5 - Aumento dos fundos circulantes	738.246
	8.205.120		8.205.120

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1. Derrogação de disposições do P.O.C.

Não aplicável.

2. Comparabilidade das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados

A APDL reconhece neste exercício pela primeira vez os impostos diferidos.

Na nota 6 deste Anexo expressam-se os montantes e efeitos nas Demonstrações Financeiras.

3. Critérios valorimétricos utilizados

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, e tal como nos exercícios precedentes, foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade de operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, excepto quanto aos bens de imobilizado existentes em 31.12.1998, que foram objecto de uma avaliação patrimonial.

Referem-se de seguida os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados, bem como as políticas contabilísticas mais relevantes.

3.1. Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

Os elementos do Imobilizado são contabilizados ao custo de aquisição.

Excepcionam-se deste critério os bens integrantes do Imobilizado Corpóreo à data de 31.12.1998 por força da avaliação patrimonial empreendida ao abrigo do D.L. nº 335/98 de 3 de Novembro.

3.2. Amortizações do Imobilizado

As amortizações do Imobilizado são calculadas pelo método das quotas constantes (base duodecimal) e utilizando taxas anuais que se situam entre os valores mínimo e máximo definidos pelo Dec. Regulamentar nº 2/90.

No entanto, e como consequência directa do processo de avaliação patrimonial, aos bens existentes à data de 31.12.1998 são aplicadas as taxas de amortização decorrentes dos novos períodos de vida útil atribuídos naquele processo.

As “Grandes Reparações” são amortizadas de acordo com a vida útil estimada.

3.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são valorizados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra, excepto quanto aos Imóveis de Rendimento que foram objecto de uma avaliação patrimonial reportada a 31.12.1998.

Sempre que qualquer dos investimentos financeiros referidos tiver à data do balanço, um valor de mercado ou de recuperação inferior ao registado na contabilidade, este é objecto da correspondente redução, por intermédio da conta 684 (Custos e Perdas Financeiras - Provisões para Aplicações Financeiras), tendo como contrapartida a conta 49 (Provisões para Investimentos Financeiros).

3.4. Existências

- ◆ Matérias-Primas - Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.
- ◆ O custo de aquisição inclui os gastos para as colocar no seu estado actual.
- ◆ O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado.

3.5. Disponibilidades

Os títulos negociáveis e aplicações de tesouraria são registados ao custo de aquisição.

3.6. Encargos com Férias e Subsídio de Férias

Considerando que os encargos com Férias e Subsídios de Férias a pagar em 2003 constitui um custo do exercício anterior, a APDL, SA, contabilizou essa responsabilidade no exercício de 2002, no montante de 1.011.677 euros.

3.7. Proveitos Diferidos

Os valores contabilizados em Proveitos Diferidos relacionam-se com as participações obtidas para projectos de investimento, sendo transferidos para Proveitos Extraordinários no mesmo período em que se processam as amortizações dos respectivos bens.

4. Cotações utilizadas

As transacções em moeda estrangeira são registadas ao câmbio do dia de cada operação.

Os valores de balanço, à data do fecho de contas, são actualizados em função da taxa de câmbio em vigor nessa data, desde que as diferenças de câmbio apuradas sejam materialmente relevantes.

5. Alteração dos Resultados do Exercício, com vista a obter vantagens fiscais

Não aplicável.

6. Situações que afectam impostos futuros

- 6.1. O montante de impostos diferidos activos registado no exercício ascende a 886.137 euros, correspondendo apenas as situações respeitantes ao ano 2002, todas relacionadas com provisões não aceites fiscalmente.

Unid.: Euros

a)	Reforço da Provisão para encargos decorrentes do processo de Aposentação (D.L.nº 467/99) (126 820 x 33%)	41 851
b)	Reforço da Provisão para Cobranças Duvidosas (263 152 x 33%)	86 840
c)	Reforço da Provisão para Responsabilidades Futuras c/Sistema Privativo de Assistência Médica (2 295 291 x 33%)	<u>757 446</u>
	Total Activos por Impostos Diferidos	<u>886 137</u>

6.2. Informações Adicionais

6.2.1. A Taxa de IRC utilizada ascende a 30% e a derrama a 10%

6.2.2. O efeito na estimativa do imposto sobre o rendimento, resultante de situações transitadas de exercícios anteriores, ascende a (2 013 172), com a seguinte composição:

Unid.: Euros

a)	Utilização da Provisão para encargos decorrentes do processo de aposentação(D.L.nº 467/99) (3 915 463 x 33%)	(1 292 103)
b)	Utilização da Provisão para Responsabilidades Futuras c/Sistema Privativo de Assistência Médica (2 369 675 x 33%)	(781 993)
c)	Mais Valias não tributadas em anos anteriores (184 617 x 33%)	<u>(60 924)</u>
	Total	<u>(2 013 172)</u>

6.2.3. Relativamente a situações existentes em 31.12.2001 e que afectam os impostos futuros, os quais de acordo com a Directriz Contabilística nº 28 poderão ser reconhecidos durante um período que não exceda os 5 anos (isto é, até 2006), optou-se por não os contabilizar, até que se demonstre com rigor que há expectativas futuras de recuperação.

De acordo com os dados disponíveis e as taxas de imposto em vigor, o valor remanescente dos impostos diferidos, transitados do ano anterior, ascende a 14.719.542 euros, calculados da seguinte forma:

Unid.: Euros

Impostos Diferidos Activos	
▪ Prov.p/Enc . c/Aposentação (DL 467/99) (10 226 297 x 33%)	3 374 678
▪ Prov.p/Resp.Futuras c/Sist.Priv.Assist. (37 758 591 x 33%)	12 460 335
Impostos Diferidos Passivos	
▪ Mais valias p/alienação imobilizado (3 380 487 x 33%)	<u>(1 115 561)</u>
	14 721 989

6.2.3. Reconciliação da Conta 86 – Imposto sobre o Rendimento:

Unid.: Euros

Estimativa Imposto a pagar	426 039
Efeitos dos Impostos diferidos activos	(886 137)
Imposto s/o rendimento do exercício	<u>(460 098)</u>

7. Activo Médio de Pessoal

Atenta a natureza do vínculo contratual, os trabalhadores ao serviço, à data de 31.12.2002, apresentam a seguinte caracterização:

Unid.: Euros

Pessoal do quadro	202
Pessoal requisitado/comissão de serviço	4
Pessoal contratado (termo ou prestação de serviço)	13
	<u>219</u>

8. Despesas de investigação e desenvolvimento

Os acréscimos ocorridos nesta rubrica do Balanço prendem-se com a imobilização no exercício de valores referentes a:

- ◆ Documentação e Certificação da Infra-estrutura informática do Porto de Leixões – 56 501 euros
- ◆ Projecto IES – Inspecção de Infra-estruturas Submarinas – 195 317 euros

9. Amortização de trespases

Não aplicável.

10. Movimentos ocorridos no Activo Imobilizado

Nos quadros anexos "Activo Bruto" e "Amortizações" demonstram-se os movimentos ocorridos nas grandes classes do Imobilizado.

As regularizações efectuadas prendem-se com movimentos de reclassificação contabilística mais apropriada, empreendida em alguns elementos patrimoniais.

ACTIVO BRUTO

Unid: Euros

Rubrica	Iniciais	Regularização	Transferências	Aumentos	Abates	Final
Imobilizações incorpóreas:						
Desp. investigação e desenv.	995.095		223.724	57.276		1.276.095
Marcas e patentes	1.272		74.820			76.092
Imobilizações em curso	104.002		-104.002			
A)	1.100.369	0	194.542	57.276	0	1.352.187
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	15.044.308					15.044.308
Edifícios e outras construções	217.811.883	25.847	4.809.616	1.996.757	63.447	224.580.656
Equipamento básico	4.975.739		23.551	25.490	3.741	5.021.039
Equipamento de transporte	1.100.583			279.706	178.699	1.201.590
Ferramentas e utensílios	209.407		147.599	25.026		382.032
Equipamento administrativo	4.620.944	-10.958	71.942	344.407	7.315	5.019.020
Outras imobilizaç. corpóreas	857.232		84.463	131.266		1.072.961
Imobilizações em curso	9.174.048	15.213	-5.331.713	9.345.262		13.202.810
B)	253.794.144	30.102	-194.542	12.147.914	253.202	265.524.416
Investimentos financeiros:						
Partes de capital	123.702					123.702
Investimentos em imóveis	1.388.653					1.388.653
C)	1.512.355	0	0	0	0	1.512.355
TOTAL (A + B+ C)	256.406.868	30.102	0	12.205.190	253.202	268.388.958

AMORTIZAÇÕES

Unid.: Euros

Rubricas	Iniciais	Regularização	Abates	Transferências	Reforço	Final
Imobilizações incorpóreas:						
Desp. Investig. e desenvolv.	836.522				128.423	964.945
Marcas e patentes	213				3.210	3.423
A)	836.735	0	0	0	131.633	968.368
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios outras construções	25.310.968		14.228		9.825.444	35.122.184
Equipamento básico	2.326.453		3.741		446.720	2.769.432
Equipamento de transporte	509.348		128.323		243.030	624.055
Ferramentas e utensílios	134.723				57.928	192.651
Equipamento administrativos	1.363.743		2.831		991.918	2.352.830
Outras imobiliz. corpóreas	265.835	-17			162.455	428.273
B)	29.911.070	-17	149.123	0	11.727.495	41.489.425
Investimentos financeiros:						
Edifícios	141.823				47.277	189.100
C)	141.823	0	0	0	47.277	189.100
TOTAL (A + B+ C)	30.889.628	-17	149.123	0	11.906.405	42.646.893

11. Encargos financeiros capitalizados

Não foram capitalizados, durante o exercício, quaisquer valores relativos a encargos financeiros.

12. Reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros

Não aplicável.

13. Quadro discriminativo das reavaliações

Não aplicável

14. Imobilizações corpóreas em situações especiais

14.1. Imobilizado construído em terrenos do domínio público

A maioria dos Edifícios e Construções, que integram o Imobilizado Corpóreo, foi edificada em terrenos do domínio público do Estado afecto à APDL, SA,.

Objectivando esta realidade específica, enumera-se de seguida o peso relativo destes bens construídos em terrenos do domínio público, contabilizados na conta 422 – Edifícios e outras construções:

	Unid.: Euros
Valor Bruto Total	224 580 656
Valor Bruto dos Imóveis e Instalações construídas em terrenos do dom. público	221 777 257

14.2. Imobilizado integrado em áreas concessionadas

Parte do Imobilizado Corpóreo da APDL, SA, está afecto a actividades concessionadas. Destacam-se as seguintes situações:

- ◆ Infra-estruturas afectas à actividade de movimentação de carga geral fraccionada e granéis no Porto de Leixões, concessionada ao TCGL – Terminal de Carga Geral e Granéis de Leixões, SA, essencialmente constituídos por muros-cais e terraplenos nas Docas 1 Sul, 2 Norte e Sul e 4 Norte.
- ◆ Infra-estruturas afectas à actividade de movimentação da carga contentorizada no Porto de Leixões, concessionada ao TCL – Terminal de Contentores de Leixões, SA, essencialmente constituídas por muros cais e terraplenos na Doca 1 Norte e na Doca 4 Sul.
- ◆ Infra-estruturas que constituem o Terminal Petrolero, concessionado à Petrogal.
- ◆ Infra-estruturas e edifícios que constituem o porto de pesca de Matosinhos, concessionado à Docapesca.

15. Bens em regime de locação financeira

Os bens em regime de locação financeira são os seguintes:

Unid.: Euros

Descrição	Valor Bruto	Amortiz. Acumuladas	Rendas Vincendas
Equipamento de Transporte (ano de 2001)	288.379	144.184	140.841
Equipamento de Transporte (ano de 2002)	245.328	11.382	224.554
	533.707	155.566	365.395

16. Empresas do grupo e associadas

Não aplicável.

17. Títulos negociáveis

Não aplicável.

18. Investimentos financeiros em fundos

Não aplicável.

19. Valoração dos elementos do activo circulante a preços de mercado

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os valores constantes das rubricas do Balanço e os correspondentes preços do mercado.

20. Valoração dos elementos do activo circulante a preços inferiores aos de aquisição

Não aplicável.

21. Provisões extraordinárias

Não se verifica a situação enunciada.

22. Existências fora da empresa

Não se verifica a situação descrita.

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Os créditos de cobrança duvidosa eram, à data de 31.12.2002, os seguintes:

Unid.: Euros

Rubricas	Valor da dívida	Valor da provisão
Clientes de Cob.Duvidosa	187.989	187.989
Devedores das O.Sociais	781.580	88.938
Outros Devedores em contencioso	402.106	402.106
Total	1.371.675	679.033

É norma da empresa provisionar a 100% as dívidas de clientes e outros devedores que apresentem atrasos de cobrança superiores a 90 dias.

Relativamente às Dívidas às Obras Sociais, e desde que não caiam na situação referida no parágrafo anterior, é procedimento habitual criar uma provisão que dê cobertura às dívidas a recuperar dos beneficiários com mais de 75 anos de idade.

24. Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos órgãos sociais

Não foram concedidos empréstimos, nem adiantamentos, a membros dos órgãos da administração, de direcção ou de fiscalização da empresa, nem foram assumidas quaisquer responsabilidades por sua conta.

25. Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal

O valor das dívidas activas e passivas referentes ao pessoal era, em 31.12.2002, o seguinte:

	Unid.: Euros
<hr/>	
Créditos sobre o Pessoal	
Débitos Subsistema de Saúde	889.681
Quotizações Obras Sociais	17.128
	<hr/>
	906.809
Débitos ao Pessoal	17.184
<hr/>	

26. Dívidas tituladas

Não se verifica a situação enunciada.

27. Títulos ou direitos similares emitidos pela instituição

Não se verifica a situação enunciada.

28. Dívidas ao estado em situação de mora

Não se verifica a situação enunciada.

29. Valor das dívidas a terceiros a mais de 5 anos

Não se verifica a situação enunciada.

30. Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais

Não se verifica a situação enunciada.

31. Compromissos financeiros que não figuram no balanço

Não aplicável

32. Responsabilidades por garantias prestadas

32.1 Aval prestado a um financiamento do GPL

Durante o exercício de 1995 foi prestado pela APDL, SA, um aval, conjuntamente com os operadores portuários de Leixões, a um empréstimo de 5.985.575 euros, contraído pela Associação GPL - Empresa de Trabalho Portuário do Douro e Leixões, junto da Companhia Geral do Crédito Predial Português, SA e Banco Espírito Santo, SA, aval esse que obteve a concordância do Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Pescas e aprovação do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro, em despachos de respectivamente de 24.01.1995 e 01.02.1995.

O envolvimento da APDL, SA, nesta garantia prendeu-se com o reconhecido interesse que a operação de financiamento à GPL virá a ter na redução de mão de obra portuária com o conseqüente abaixamento de custos e uma maior competitividade do Porto de Leixões.

Em 31.12.2002, o empréstimo em referência apresentava um saldo de 1.346.754 euros.

32.2 Garantias bancárias prestadas a terceiros

Em 2001 a APDL, SA prestou uma garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões.

Em 31.12.2002, aquela garantia era de 259.447 Euros.

33. Diferença entre as dívidas a pagar e as correspondentes quantias amortizadas

Não se verifica a situação enunciada.

34. *Provisões*

Foi o seguinte o movimento das provisões ocorrido no exercício:

Unid.: Euros

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
28 Provisões p/Cobranças Duvidosas:				
281 Dívidas de clientes	178.090	9.899		187.989
288 Outras dívidas de terceiros	237.791	253.253		491.044
29 Provisões p/ Riscos e Encargos:				
293 Processos judiciais em curso	540.524		202.820	337.704
296 Regime Assistência Privativa	40.128.266	2.295.291	2.369.675	40.053.882
297 Aposentações antecipadas – D.L. 467/99	14.141.760	126.820	3.915.463	10.353.117
39 Provisões p/ Depreciação Existências:				
396 Matérias Primas Subsidiárias e de consumo	134.286			134.286
Totais	55.360.717	2.685.263	6.487.958	51.558.022

35 a 38. *Capital Social*

Conforme previsto no artº. 10º. do D.L. nº.335/98, de 3 de Novembro, que transformou a APDL em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado por ajustamento em 48.000.000 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim o capital inicial de 4 181 000 contos, fixado na data de constituição da sociedade, foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Accionista em 21 de Março de 2001.

O capital social é agora constituído por 9 600 000 acções, de valor nominal de 5 euros cada.

As acções são nominativas e revestem a forma escritural, sendo detidas exclusivamente pela Direcção Geral do Tesouro.

39. *Reservas de reavaliação*

Não ocorreu, no exercício, qualquer variação nas Reservas de Avaliação.

40. Movimento das rubricas de capitais próprios ocorridos no exercício:

Explanam-se no quadro seguinte os referidos movimentos:

Unid.: Euros

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
511 Capital subscrito e realiz.	48.000.000			48.000.000
56 Reservas de Reavaliação	163.179.211			163.179.211
571 Reservas Legais	485.575	782.261		1.267.836
574 Reservas Especiais / Livres	581.614			581.614
59 Resultados transitados	(53.854.928)	7.040.352		(46.814.576)
88 Resultado Líquido	7.822.613	5.260.679	7.822.613	5.260.679

Dos movimentos ocorridos, dir-se-á que:

- ◆ O aumento em 782.261 euros da Reserva Legal (Conta 571) resultou da aplicação dos Resultados Líquidos de 2001, por decisão da Assembleia Geral de Accionistas em 15.02.2002, que deliberou ainda a transferência para Resultados Transitados do montante de 7.040.352 euros, verba remanescente do Resultado Líquido de 2001.
- ◆ O aumento da conta Resultado Líquido traduz o Resultado apurado no exercício agora findo, líquido de impostos.

41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Unid.: Euros

Movimentos	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo
Existência inicial	316.806
Compras	283.063
Regularizações de existências	-14.257
Existência final	310.344
Custos no exercício	275.268

42. Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

43. Remuneração dos órgãos sociais :

	Unid.: Euros
Conselho de Administração	272.315
Órgão de Fiscalização	18.478

44. Repartição do valor líquido da prestação de serviços p/actividades

A repartição do valor líquido das prestações de serviço na totalidade para o mercado interno, apresenta-se como segue:

	Unid.: Euros
Prestação de Serviços ao Navio	9.241.694
Tup Carga	2.765.266
Concessão do Terminal Petroleiro	6.262.036
Concessão do Terminal de Contentores	8.896.319
Concessão do Terminal Carga Geral e Granéis	3.367.587
Outras Concessões	1.414.675
Fornecimentos e Serviços diversos	1.143.470
Total	33.091.047

45. Demonstração dos resultados financeiros.

Unid.: Euros

Custos e Perdas		Exercícios		Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cta.	Descrição	2002	2001	Cta.	Descrição	2002	2001
681	Juros suportados	31.204	21.915	781	Juros obtidos	858.626	592.815
683	Amortizações Invest.em Imóveis	47.277	47.277	783	Rend.Imóveis	1.680	447
685	Dif. Câmbio desfavoráveis	672	60	785	Dif. Câmbio favoráveis	7	160
688	Outros custos e perdas financeiras	117.292	144.008	786	Desc.p.to pag. obtido	8	27.063
	Resultados financeiros	678.831	418.214	788	Outros prov.e ganhos fin.	14.955	10.989
		875.276	631.474			875.276	631.474

46. Demonstração dos resultados extraordinários:

Unid.: Euros

Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
Cta. Descrição	Exercícios		Cta. Descrição	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
691 Donativos	59.679	24.206	793 Ganhos em existências	527.550	35.187
692 Dívidas incobráveis	16.652	17.312			
693 Perdas em existências	807	61.499	794 Ganhos em Imobilizações	14.979	4.264.686
694 Perdas em imobilizações	52.228	549.142	795 Benef. de penalidades contratuais	2.590	76.884
			796 Reduções de amortiz. e provisões	4.118.283	3.151.739
697 Correções relativas a exercícios anteriores	150.172	62.076	797 Correções relativas a exercícios anteriores	83.598	42.967
698 Outros custos e perdas extraordinários	4.207.261	3.257.064	798 Outros prov. e ganhos extraordinários	2.016.847	6.061.286
Resultado extraordinário	2.277.048	9.661.449			
	6.763.847	13.632.749		6.763.847	13.632.749

De referir que:

Na conta 698 - Outros Custos e Perdas Extraordinárias encontram-se registados 3.915.463 euros de Pensões de Aposentação pagas no exercício ao abrigo do D.L. nº 467/99, de 6 de Novembro. O mesmo valor foi objecto de utilização da Provisão para Riscos e Encargos mencionada na nota 34, por contrapartida da conta 796 - Redução de Amortizações e Provisões.

Na conta 798 estão incluídos 1.957.998 euros referentes a Subsídios ao Investimento (quota parte imputável ao exercício).

47. Informações exigidas por diplomas legais:

Não existem informações exigidas por diplomas legais, que devam ser mencionadas.

48. Outras informações consideradas relevantes:

São as seguintes as informações consideradas como relevantes para além das já mencionadas nas notas anteriores:

48.1. Garantias prestadas por terceiros.

FORNECEDORES

	Unid.: Euros
Depósitos de garantia na C.G.D.	156.439
Apólices de seguro-caução	760.311
Garantias bancárias	8.756.895
Total	9.673.644

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até recepção definitiva das obras.

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

	UNID.: EUROS
Garantias bancárias	
Shipchandler's	8.978
Agentes de Navegação	49.880
Actividade super.e peritagens	4.988
Concessionários/licenças uso privativo	4.454.344
Apólices de seguro-caução	
Agentes de Navegação	124.699
Shipchandler's	5.487
Garantias em numerário	
Actividade super.e peritagens	3.741
Shipchandler's	6.011
Concessionários/licenças privativo	389
Total	4.658.517

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária, que lhes emitiu as respectivas licenças para exercício da sua actividade nos Portos do Douro e Leixões.

48.2. Processos judiciais em curso

O montante dos processos judiciais em curso, em que a APDL, SA, é arguida, eleva-se a 643.890 euros, estando provisionados em 50% .

Foi ainda mantida uma provisão específica de 15 757 euros para processo judicial transitado em julgado em Outubro de 1999 em que a APDL, SA, saiu condenada.

Existem ainda acções pendentes em tribunal contra terceiros que atingem os 124.543 euros.

48.3. Subsídios ao investimento

No mapa seguinte discrimina-se o movimento dos diversos subsídios recebidos.

O registo contabilístico dos subsídios ao investimento na conta 274 - "Proveitos Diferidos" é despoletado com a formalização dos pedidos de pagamento à Entidade gestora de cada Programa Comunitário ou Nacional, revelando o saldo final o "stock" dos valores a imputar em anos futuros a resultados.

MOVIMENTO DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

		Unid.: Euros					
Conta POC	Descrição	Saldo Inicial 01.01.01	Aumentos Exercício	Afect. Bens Imob. Exerc.	Subsídio Bens Abatidos	Amortização Anual	Saldo Final 31.12.01
274502	Feder – Envireg	119.646,35				20.177,11	99.469,24
274504	Linha B2-700 - Estudos	49.367,41				2.496,91	46.870,50
274505	PO Telematique	132.756,83				42.455,74	90.301,09
274506	PIDDAC - Cap.50º - Reord. e Modern. do Porto de Leixões	720.339,34				33.856,83	686.482,51
274507	Fundo de Coesão - 1ª Fase - 018	3.672.276,50				204.282,08	3.467.994,42
274508	Fundo de Coesão - 1ª Fase - 015 a 017	69.338,00				0,00	69.338,00
274509	Reformulação dos Acessos ao TPL	64.843,54				3.505,06	61.338,48
274511	Feder - Porto de pesca da Afurada	513.562,32				23.343,74	490.218,58
274512	Fundo de Coesão - 2ª Fase - 003	2.285.387,56				204.812,06	2.080.575,50
274515	PIDDAC - Cap.50º - Reord. e Reabilit. Margens do Douro	1.563.190,78				88.313,17	1.474.877,61
274517	TRACCAR II	19.639,62				0,00	19.639,62
274518	Linha B5-700 - Plataforma Multimodal	188.914,52				0,00	188.914,52
274519	Programa Praxis XXI / Projecto IES	54.867,77	2.942,91			1.605,85	56.204,83
274516	FC004 - Acessibilidades Terrestres - Investimento em curso	2.449.250,02		-2.265.398,92		0,00	183.851,10
274520	FC004 - Acessibilidades Terrestres - Bens Imobilizados	16.591.589,25		2.265.398,92		1.327.048,10	17.529.940,07
274521	PIDDAC - Cap.50º - III QCA - Investimento em curso	353.328,89	248.197,00			0,00	601.525,89
274523	PIDDAC - Cap.50º - III QCA - Bens Imobilizados	301.525,01				6.101,69	295.423,32
274522	FEDER/POAT - III QCA - Investimento em curso	729.598,24	2.049.344,94			0,00	2.778.943,18
Total		29.879.421,95	2.300.484,85	0,00	0,00	1.957.998,34	30.221.908,46

48.4. Inscrição registral de propriedade

A empresa deu continuidade ao processo de inscrição dos seus bens imóveis na Conservatória do Registo Predial, processo esse ainda não ultimado por dificuldades burocráticas diversas.

48.5. Regime privativo de assistência médica e medicamentosa - plano de benefícios definidos

As responsabilidades futuras decorrentes do Plano Médico da APDL, SA, encontram-se registadas em Balanço, tendo as mesmas sido objecto de um estudo actuarial à data de 31.12.2002.

Os movimentos e responsabilidades apuradas apresentam-se como segue:

Unid.: Euros

Descrição	Activos	Aposentados	Total
1- Valor presente da obrigação de Benefícios Definidos no início do Exercício	3.823.815	36.304.451	40.128.266
- Benefícios pagos em exercício		2.369.675	2.369.675
+ Custos dos Serviços Correntes	226.984		226.984
+ Custos dos Juros	196.865	1.758.729	1.955.594
+ Ganhos e perdas actuariais	(1.597.637)	1.710.350	112.713
2 - Valor presente da obrigação de Benefícios Definidos no fim do Exercício	2.650.027	37.403.855	40.053.882

O acréscimo de responsabilidades registado em 2002, calculado de acordo com a directriz contabilística nº 19, ascende a 2.295.292 euros, e foi contabilizado em Custos com o Pessoal por contrapartida de Provisões para Riscos e Encargos.

Por sua vez, os custos suportados em 2002 com os Aposentados atingiram os 2.369.675 euros, montante coberto pela utilização da Provisão.

Parecer do Fiscal Único

VII. PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

SENHORES ACCIONISTAS,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão subscrito pelo Conselho de Administração e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas e por funções e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e relativas à **APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA.**

Procedemos ao acompanhamento da actividade de gestão da sociedade, com a regularidade necessária e obtivemos as informações mínimas indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

Os critérios de valorimetria foram utilizados de modo consistente com exercícios anteriores.

Tendo em conta as considerações expostas somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 14 de Março de 2003

O Fiscal Único

Dr. António Alexandre Pereira Borges, Revisor Oficial de Contas nº.559

Em representação da António Borges, João Macedo & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 69

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. EXAMINÁMOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE **APDL – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES, SA**, AS QUAS COMPREENDEM O BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, (QUE EVIDENCIA UM TOTAL DE 259 621 297 EUROS E UM TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO DE 171 474 764 EUROS, INCLUINDO UM RESULTADO LÍQUIDO DE 5 260 679 EUROS), AS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS E POR FUNÇÕES E A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO NAQUELA DATA, E OS CORRESPONDENTES ANEXOS.

Responsabilidades

2. É DA RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO A PREPARAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS QUE APRESENTEM DE FORMA VERDADEIRA E APROPRIADA A POSIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA, O RESULTADO DAS SUAS OPERAÇÕES E OS FLUXOS DE CAIXA, BEM COMO A ADOÇÃO DE POLÍTICAS E CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS ADEQUADOS E A MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLO INTERNO APROPRIADO.
3. A NOSSA RESPONSABILIDADE CONSISTE EM EXPRESSAR UMA OPINIÃO PROFISSIONAL E INDEPENDENTE, BASEADA NO NOSSO EXAME DAQUELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Âmbito

4. O EXAME A QUE PROCEDEMOS FOI EFECTUADO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS E AS DIRECTRIZES DE REVISÃO/AUDITORIA DA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, AS QUAS EXIGEM QUE O MESMO SEJA PLANEADO E EXECUTADO COM O OBJECTIVO DE OBTER UM GRAU DE SEGURANÇA ACEITÁVEL SOBRE SE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ESTÃO ISENTAS DE DISTORÇÕES MATERIALMENTE RELEVANTES. PARA TANTO O REFERIDO EXAME INCLUIU:

- A VERIFICAÇÃO, NUMA BASE DE AMOSTRAGEM, DO SUPORTE DAS QUANTIAS E DIVULGAÇÕES CONSTANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E A AVALIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS, BASEADAS EM JUÍZOS E CRITÉRIOS DEFINIDOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, UTILIZADAS NA SUA PREPARAÇÃO;
 - A APRECIÇÃO SOBRE SE SÃO ADEQUADAS AS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS E A SUA DIVULGAÇÃO, TENDO EM CONTA AS CIRCUNSTÂNCIAS;
 - A VERIFICAÇÃO DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE; E
 - A APRECIÇÃO SOBRE SE É ADEQUADA, EM TERMOS GLOBAIS, A APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.
5. ENTENDEMOS QUE O EXAME EFECTUADO PROPORCIONA UMA BASE ACEITÁVEL PARA A EXPRESSÃO DA NOSSA OPINIÃO.

Opinião

6. EM NOSSA OPINIÃO, AS REFERIDAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTAM DE FORMA VERDADEIRA E APROPRIADA, EM TODOS OS ASPECTOS MATERIALMENTE RELEVANTES, A POSIÇÃO FINANCEIRA DE APDL – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES, SA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, O RESULTADO DAS SUAS OPERAÇÕES E OS FLUXOS DE CAIXA NO EXERCÍCIO FINDO NAQUELA DATA, EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES.

Ênfases

7. SEM AFECTAR A OPINIÃO EXPRESSA NO PARÁGRAFO ANTERIOR, CHAMAMOS A ATENÇÃO PARA O FACTO DE TEREM SIDO, PELA PRIMEIRA VEZ, RECONHECIDOS OS IMPOSTOS DIFERIDOS, COMO É REFERIDO NA NOTA 2 DO ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.

Como consequência, os resultados do exercício são positivamente influenciados em 886 137 euros, como refere a nota 6 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Os passivos por impostos diferidos, a 31 de Dezembro de 2002, resultantes de situações transitadas de exercícios anteriores ascendem a 2 013 172 euros, como refere a nota 6 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

LISBOA, 12 DE MARÇO DE 2003

DR. ANTÓNIO ALEXANDRE PEREIRA BORGES, REVISOR OFICIAL DE CONTAS Nº.559

Em representação da António Borges, João Macedo & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas